

Enauta Participações S.A.

*Demonstrações financeiras Individuais
e Consolidadas referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2020*

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Estrutura societária:

A Enauta Participações S.A. (“Enauta”, “Companhia” ou “Grupo” quando referida no consolidado) tem por objeto social a participação em sociedades que se dediquem substancialmente à exploração, produção e comercialização petróleo, gás natural e seus derivados, seja como sócia, acionista ou outras formas de associação, com ou sem personalidade jurídica.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na Avenida Almirante Barroso nº 52, sala 1301 (parte), Cidade e Estado do Rio de Janeiro, tem seus títulos negociados na Bolsa de Valores de São Paulo – B3 S.A. – Brasil e listados no segmento “Novo Mercado”.

Em linha com seus objetivos estratégicos, a Companhia atua de forma associada com outras empresas em *joint operations* no Brasil como detentora de direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural nos regimes de concessão e partilha da produção.

Em 31 de dezembro de 2020, a companhia detém participação em 23 consórcios, sendo operadora em 1 em fase de produção (19 consórcios e operadora de 1 em fase de produção em 31 de dezembro de 2019).

Blocos em fase de produção:

Bloco BS-4 – campo de Atlanta

O campo de Atlanta teve sua produção iniciada em maio de 2018. O óleo é produzido pelo FPSO Petrojarl 1 e é vendido para a Shell, que contratou a compra do óleo do Sistema de Produção Antecipada (“SPA”) do campo.

Tendo em vista a inadimplência histórica da Dommo Energia S.A (“Dommo”) com suas obrigações de aporte financeiro no consórcio do bloco BS-4, a Barra Energia do Brasil Petróleo e Gás Ltda. (“Barra Energia”) exerceu em 11 de outubro de 2017 os direitos de retirada da Dommo previstos nos documentos do consórcio.

O Tribunal Arbitral em que se discute a relação consorcial do Bloco BS-4, tendo de um lado Enauta e Barra Energia, de outro, a Dommo proferiu decisão definitiva sobre a validade da notificação de retirada da Dommo do consórcio com efeitos retroativos desde 11 de outubro de 2017. Em 20 de julho de 2020 o Tribunal Arbitral emitiu sentença final, afirmando a inexistência de qualquer violação contratual pela Enauta, na qualidade de operadora ou como membro do consórcio.

Com base nos documentos da relação consorcial, a Diretoria Colegiada da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (“ANP”) em 19 de junho de 2019 aprovou a cessão da totalidade dos direitos, titularidade e interesses da Dommo no Bloco BS-4 para (i) a controlada

da Companhia, Enauta Energia S.A. ("Enauta Energia"), e (ii) Barra Energia, na proporção de suas respectivas participações, passando cada uma a deter 50% de titularidade no bloco.

A Dommo ajuizou ação cautelar preparatória na Justiça Federal para suspender os efeitos dessa decisão, tendo o juiz indeferido o pedido de tutela de urgência cautelar, mantendo-se a decisão e cessão da ANP. A Dommo solicitou requerimento de arbitragem com base no contrato de concessão, questionando a ANP pela aprovação desta cessão, bem como questionando a solicitação desta cessão pela Enauta Energia e Barra, mas desistiu desta arbitragem em janeiro de 2021.

A afiliada da Dommo, Dommo Netherlands B.V., também solicitou requerimento de arbitragem com base no acordo de acionistas da Atlanta Field B.V contra a afiliada da Companhia, QGEP Netherlands B.V. Esse tribunal arbitral está formado e a afiliada da Companhia está avaliando e adotando as providências cabíveis.

Em 3 de novembro de 2020 a Enauta Energia recebeu Notificação da Barra Energia, comunicando a sua decisão de saída irrevogável do Bloco BS-4, onde está localizado o Campo de Atlanta, de acordo com o Joint Operating Agreement ("JOA") firmado entre as partes.

Em 21 de dezembro de 2020 a Enauta Energia celebrou acordo com a Barra Energia por meio do qual assumirá 100% de participação no Bloco BS-4.

A cessão da participação da Barra Energia para a Enauta Energia está sujeita ainda à aprovação da ANP, além de outras condições usuais e, por isso, nenhum montante relacionado a esta transação foi reconhecido nas demonstrações financeiras referentes de 2020.

Após a aprovação da ANP, a Barra Energia transferirá US\$ 43,9 milhões para a Enauta Energia, referentes às operações de abandono dos três poços e descomissionamento da infraestrutura existente no campo.

A Companhia encontra-se em fase de classificação e designação dos ativos e passivos recebidos com base nos termos contratuais, nas condições econômicas, em suas políticas contábeis e operacionais, conforme previsto no parágrafo 15 do Pronunciamento Técnico CPC 15 – Combinação de Negócios e nenhum valor justo foi atribuído a estes ativos e passivos até esta data."

Bloco BCAM-40 – campo de Manati

Em 14 de agosto de 2020, a Enauta Energia celebrou contrato de alienação da totalidade de sua participação (45%) no campo de Manati para a Gas Bridge S.A. O negócio está sujeito a uma série de condições precedentes, as quais até a data da elaboração destas demonstrações financeiras não haviam sido concluídas. Após o preenchimento de todas as condições, a Companhia fará jus a um valor de R\$560.000.

Coronavírus – Covid-19

A Companhia permanece operando seguindo as regras definidas pelo Comitê de Gerenciamento de Crise (“CMT”).

Plano de Negócios

O Grupo sempre se pautou pela disciplina em sua gestão financeira, atendendo suas necessidades de investimento a partir dos recursos gerados internamente, e mantendo posição de caixa para suportar seus compromissos. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia registrou um saldo de caixa e equivalentes de caixa de R\$1,7 bilhão. A Companhia possui uma dívida de R\$224,4 milhões em 31 de dezembro de 2020, denominada em Reais e com vencimentos majoritariamente no longo prazo. Além disso, está previsto o recebimento de US\$144 milhões (equivalentes a R\$748.325 em 31 de dezembro de 2020) referentes a última parcela da venda da participação no Bloco BM-S-8 o qual depende do adquirente estar em condições de assinar o contrato de individualização de produção do referido campo, não tendo sido registrado pela Companhia em função dessa condição ainda não ter sido atendida.

Com a combinação de quedas acentuadas e alta volatilidade no preço do Brent em 2020 e o impacto global da pandemia de Covid-19, realizamos um conjunto de análises sobre o impacto da pandemia e já implementamos uma série de ações para manter a liquidez e reduzir seus custos e despesas, sendo elas:

- análise de risco de continuidade operacional – Até o momento, o Grupo Enauta tem enfrentado a pandemia da Covid-19 com impacto limitado aos seus negócios. As incertezas atuais relacionadas à Covid-19 e as oscilações dos preços do petróleo em todo o mundo não resultam em eventos ou condições que possam lançar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo de continuar como empresas em atividade;
- a Companhia e suas controladas efetuaram a revisão das premissas do teste de impairment e concluíram que não há indicativos de impairment para os ativos, concluindo que o custo destes reflete a melhor avaliação dos mesmos na data base de 31 de dezembro de 2020;

- análise de eventuais perdas de crédito; e
- avaliação das estimativas relevantes utilizadas na preparação das demonstrações contábeis intermediárias.

Em função da alta volatilidade no cenário econômico e preços do Brent, o consórcio iniciou processo de reavaliação do Sistema Definitivo ("SD") do campo de Atlanta em um esforço para tornar o campo mais resiliente a preços mais baixos da commodity.

Aquisição de Blocos:

A Enauta Energia adquiriu, em 04 de dezembro de 2020, 30% de participação nos blocos terrestres PAR-T-196, PAR-T-215, PAR-T-86 e PAR-T-99 na Bacia do Paraná no 2º Ciclo da Oferta Permanente realizado pela ANP. O consórcio é operado pela Eneva S.A. com 70% de participação. O valor do bônus de assinatura para estes blocos é de R\$ 2.100, sendo R\$633 líquidos para a Enauta. O Programa Exploratório Mínimo ("PEM") será executado em até 6 anos.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão definidas a seguir:

2.1. Declaração de conformidade

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras compreendem as demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas e apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pelo Grupo Enauta encontra-se descrito nos tópicos abaixo:

2.3. Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas.

Os resultados das controladas adquiridas, alienadas ou incorporadas durante o exercício estão incluídos nas informações consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição, alienação e incorporação, quando aplicável.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as demonstrações financeiras das controladas diretas e indiretas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas, exceto o investimento em sua joint venture.

Participações da Companhia em controladas

As demonstrações financeiras da Companhia, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, compreendem as informações financeiras de suas controladas diretas e indiretas, utilizando a mesma data base:

	<u>País de operação</u>	<u>Controle</u>	<u>Participação</u>	
			<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Enauta Energia S.A.	Brasil	Direto	100%	100%
QGEF B.V.	Holanda	Indireto	100%	100%

A Enauta Energia é uma sociedade anônima de capital fechado e tem como principal objeto social a exploração de áreas na busca de novas reservas de óleo e gás, produção, comércio e industrialização de petróleo, gás natural e produtos derivados, operação na navegação de apoio marítimo e participação em sociedades que se dediquem substancialmente a atividades afins, seja como sócia ou acionista ou outras formas de associação, com ou sem personalidade jurídica, mediante concessão ou autorização das autoridades competentes.

A QGEP Netherlands B.V. ("QGEP B.V.") com sede na cidade de Roterdã, na Holanda tem como objeto social constituir, gerenciar e supervisionar empresas, realizar todos os tipos de atividades industriais e comerciais, bem como todas e quaisquer coisas que estejam relacionadas às atividades descritas.

Participações da Companhia em fundo de investimento

As demonstrações financeiras do fundo de investimento do qual a Companhia e suas controladas são cotistas exclusivas são consolidadas a partir da data da aquisição do controle e até que este controle seja extinto, sendo ele:

Fundo exclusivo	CNPJ
Fenix Multimercado Fundo de Investimento em cotas de Fundos de Investimento Crédito Privado	11.961.068/0001-53

2.4. Participações em negócios em empreendimento controlado em conjunto "*Joint Venture*"

Uma "*joint venture*" é um acordo contratual por meio do qual uma Companhia exerce uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras e operacionais estratégicas relacionadas às atividades da "*joint venture*" requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle.

Os acordos de "*joint venture*" que envolvem a constituição de uma entidade separada na qual cada empreendedor detenha uma participação são chamados de entidades controladas em conjunto.

A controlada indireta QGEP B.V. apresenta participação em entidade controlada em conjunto nas suas demonstrações financeiras usando o método de equivalência patrimonial.

A Atlanta Field B.V. ("AFBV"), com sede na cidade de Roterdã, Holanda tem como principal objeto social a aquisição, orçamento, construção, compra, venda, locação, arrendamento ou afretamento de materiais e equipamentos a serem utilizados para a exploração e aproveitamento da área de concessão e, ainda, adquirir, administrar e operar equipamentos, incluindo aqueles registrados para apoiar as atividades declaradas do Grupo. Até 31 de dezembro de 2019 a AFBV possuía a Dommo Netherlands BV com 40% de participação e cuja participação foi transferida para a Companhia e a FR Barra na proporção de 20% para cada conforme nota explicativa 9. Com a aprovação da ANP da participação da Barra Energia para a Enauta Energia, a FR Barra também transferirá as ações para a QGEP B.V.

A AFBV foi constituída visando a parceria dos mencionados acionistas com a Enauta na concessão do Bloco BS-4.

Quando a Companhia realiza uma transação com uma joint venture do Grupo, os lucros e prejuízos resultantes da transação com a joint venture são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas somente na extensão das participações na joint venture que não estejam relacionadas ao Grupo.

Participações da Companhia em negócios em conjunto

	País de operação	Controle	Tipo de negócio	Participação	
				31/12/2020	31/12/2019
AFBV	Holanda	Indireto	Negócios em conjunto (<i>Joint venture</i>)	50%	30%

2.5. Informações do segmento operacional

A Administração efetuou a análise e concluiu que a Companhia opera em um único segmento: exploração e produção ("E&P") de óleo e gás.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor.

2.7. Contas a receber

O contas a receber é reconhecido ao valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 (CPC 48) para mensurar as perdas de crédito esperadas.

2.8. Estoques

Os estoques são mensurados ao custo médio de produção e ajustados, quando aplicável, ao valor de sua realização líquido, quando este for inferior ao valor contábil.

O valor de realização líquido compreende o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e dos gastos para se concretizar a venda.

2.9. Gastos exploratórios, de desenvolvimento e de produção de petróleo e gás

Para os gastos com exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás, o Grupo, para fins das práticas contábeis adotadas no Brasil, utiliza critérios contábeis alinhados com as normas internacionais IFRS 6 - *“Exploration for and evaluation of mineral resources”*.

Os gastos relevantes com manutenções das unidades de produção, que incluem peças de reposição, serviços de montagem, entre outros, são registrados no imobilizado, se os critérios de reconhecimento do IAS 16 (CPC 27) forem atendidos. Essas manutenções ocorrem, em média, a cada cinco anos e seus gastos são depreciados até o início da parada seguinte e registrados como custo de produção.

O IFRS 6 permite que a Administração defina sua política contábil para reconhecimento de ativos exploratórios na exploração de reservas minerais. A Administração definiu sua política contábil para exploração e avaliação de reservas minerais considerando critérios que no seu melhor julgamento representam os aspectos do seu ambiente de negócios e que refletem de maneira mais adequada as suas posições patrimonial e financeira. Os principais critérios contábeis adotados são:

- direitos de concessão exploratória e bônus de assinatura são registrados como ativo intangível;
- Gastos com perfuração de poços exploratórios vinculados a benefícios econômicos futuros com reservas economicamente viáveis, são capitalizados, enquanto que os gastos exploratórios considerados não viáveis (*“dryhole”*) economicamente são baixados diretamente contra o resultado do exercício na conta de gastos exploratórios para a extração de petróleo e gás; e
- outros gastos exploratórios que não relacionados ao bônus de assinatura são registrados na demonstração do resultado em gastos exploratórios para a extração de petróleo e gás (custos relacionados com aquisição, processamento e interpretação de dados sísmicos, planejamento da campanha de perfuração, estudos de licenciamento, gastos com ocupação e retenção de área, impacto ambiental, outros).

Os ativos imobilizados representados pelos ativos de exploração, desenvolvimento e produção são registrados pelo valor de custo e amortizados pelo método de unidades produzidas que consiste na relação proporcional entre o volume anual produzido e a reserva total provada do campo produtor. As reservas provadas desenvolvidas utilizadas para cálculo da amortização (em relação ao volume mensal de produção) são estimadas por geólogos e engenheiros de petróleo externos de acordo com padrões internacionais e revisados anualmente ou quando há indicação de alteração significativa.

O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição, incluindo juros e demais encargos financeiros de empréstimos e financiamentos usados na formação de ativos qualificáveis deduzidos da depreciação e amortização acumuladas.

O ganho e a perda oriundos da baixa ou alienação de um ativo imobilizado são determinados pela diferença entre a receita auferida, se aplicável, e o respectivo valor residual do ativo, e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia e suas controladas apresenta substancialmente, em seu ativo intangível, os gastos com aquisição de concessões exploratórias e os bônus de assinatura correspondentes às ofertas para obtenção de concessão para exploração de petróleo ou gás natural. Os mesmos são registrados pelo custo de aquisição, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de recuperação e são amortizados pelo método de unidade produzida em relação às reservas provadas totais quando entram na fase de produção.

A Administração efetua anualmente avaliação qualitativa de seus ativos exploratórios de óleo e gás com o objetivo de identificar fatos e circunstâncias que indiquem a necessidade de *impairment*, apresentados a seguir:

- período de concessão para exploração expirado ou a expirar em futuro próximo, não existindo expectativa de renovação da concessão;
- gastos representativos para exploração e avaliação de recursos minerais em determinada área/bloco não orçados ou planejados pela Companhia ou parceiros
- esforços exploratórios e de avaliação de recursos minerais que não tenham gerado descobertas comercialmente viáveis e os quais a Administração tenha decidido por descontinuar em determinadas áreas/blocos específicos;
- informações suficientes existentes e que indiquem que os custos capitalizados provavelmente não serão realizáveis mesmo com a continuidade de gastos exploratórios em determinada área/bloco que reflitam desenvolvimento futuro com sucesso, ou mesmo com sua alienação.

Para os ativos em desenvolvimento e produção, a Companhia avalia a necessidade de *impairment* dos mesmos através do valor em uso empregando o método dos fluxos de caixa estimados descontados a valor presente utilizando taxa de desconto antes dos impostos pela vida útil estimada de cada ativo e compara o valor presente dos mesmos com o seu valor contábil na data da avaliação. Premissas futuras, obtidas de fontes independentes sobre reserva de hidrocarbonetos, câmbio na moeda norte-americana, taxa de desconto, preço do barril e custos são considerados no modelo de teste de *impairment*.

A obrigação futura com desmantelamento de área de produção é registrada no momento da perfuração do poço após a declaração de comercialidade de cada campo e tão logo exista uma obrigação legal ou construtiva de desmantelamento da área e também quando exista possibilidade de mensurar os gastos com razoável segurança, como parte dos custos dos ativos relacionados (ativo imobilizado) em contrapartida à provisão para abandono, registrada no passivo, que sustenta tais gastos futuros (nota 18). A provisão para abandono é revisada anualmente pela Administração, ajustando-se os valores ativos e passivos já contabilizados, quando aplicável. Revisões na base de cálculo das estimativas dos gastos são reconhecidas como custo do imobilizado e os efeitos da passagem do tempo (denominado como reversão do desconto) no modelo de apuração da obrigação futura são alocadas diretamente no resultado do exercício (resultado financeiro líquido).

2.10. Avaliação do valor recuperável dos ativos

A Companhia acompanha periodicamente mudanças nas expectativas econômicas e operacionais que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável de seus ativos. Sendo tais evidências identificadas são realizados cálculos para verificar se o valor contábil líquido excede o valor recuperável, e se confirmado, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil ao valor recuperável.

Devido aos impactos provocados pela pandemia do Covid-19 em todo o mundo, a demanda de petróleo oscilou bruscamente ao longo do ano de 2020, impactando os preços praticados nos mercados nacionais e internacionais. A redução relevante no preço do Brent diretamente ligado às receitas da Companhia foram considerados indicativos de possível perda no valor recuperável dos ativos.

A Companhia efetuou cálculos para a verificação do valor recuperável de seus principais ativos de exploração e produção de petróleo e produção de gás condensado, frente aos valores contábeis registrados, utilizando as projeções mais atuais de preço de petróleo, do gás e do dólar, e não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão.

Os fluxos de caixa são estimados com base nos resultados já realizados, o orçamento anual da Companhia e considera o vencimento de cada concessão e a expectativa de crescimento do mercado, baseando-se em premissas validadas pelo certificador de reservas, quando da reavaliação destas. Tais fluxos são descontados pelo mais recente custo médio ponderado de capital da Companhia, 8%, utilizando-se de metodologia amplamente aplicada no mercado de óleo e gás.”

2.11. Gastos associados às *joint operations* de exploração e produção

Como operadora das concessões para exploração e produção de petróleo e gás, uma das obrigações da Companhia é representar a *joint operation* perante terceiros. Nesse sentido, a operadora é responsável por contratar e pagar os fornecedores dessas *joint operations* e, por isso, as faturas recebidas pela operadora contemplam o valor total dos materiais e serviços adquiridos para a operação total da concessão. Os impactos no resultado individual da operadora, entretanto, refletem apenas as suas participações nas concessões já que as parcelas associadas aos demais parceiros são cobradas dos mesmos mensalmente. A operadora estima os desembolsos previstos para o mês subsequente, com base nos gastos já incorridos ou a incorrer na operação, faturados ou não pelos fornecedores. Estes gastos são cobrados aos parceiros através de *cash calls* e a prestação de contas é feita mensalmente através do relatório *billing statement*.

As parcerias operacionais de E&P da Companhia enquadram-se como operações em conjunto (*joint Operations*) e reconhecidas com relação aos seus interesses:

- i) seus ativos, incluindo sua parcela sobre quaisquer ativos detidos em conjunto;
- ii) seus passivos, incluindo sua parcela sobre quaisquer passivos assumidos em conjunto;
- iii) sua receita de venda correspondente à proporção de sua participação sobre a produção advinda da operação em conjunto;
- iv) sua parcela sobre a receita de venda realizada diretamente pela operação em conjunto; e
- v) suas despesas, incluindo sua parcela sobre quaisquer despesas incorridas em conjunto.

Os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados à participação em uma operação conjunta são contabilizados de acordo com as políticas contábeis específicas aplicáveis aos ativos, passivos, receitas e despesas.

2.12. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, quando aplicáveis, inicialmente pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros incorridos *pro rata temporis* e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até a data das demonstrações financeiras consolidadas.

2.13. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para fornecer proteção contra a sua exposição ao risco de variação dos preços do petróleo (Nota Explicativa 27). Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo mensurados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente no resultado do exercício. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos especulativos.

2.14. Provisão de ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 “Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes” (IAS 37).

A provisão para processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas são constituídas para os riscos com expectativa de “perda provável”, com base na opinião dos Administradores e assessores legais externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos referidos processos. Riscos com expectativa de “perda possível” são divulgados pela Administração, mas não registrados (nota explicativa 17).

2.15. Obrigações legais

Os valores referentes aos litígios fiscais, cíveis e trabalhistas e outras obrigações desta natureza são provisionados com base na avaliação acerca da probabilidade de êxito e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente e/ou divulgado em suas demonstrações financeiras.

2.16. Imposto de renda e contribuição social

Esses tributos são calculados e registrados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data da elaboração das demonstrações financeiras. A legislação permite que as empresas optem pelo pagamento trimestral ou mensal de imposto de renda e contribuição social. Assim como nos últimos anos, para o exercício atual, a empresa optou pelo pagamento mensal.

2.17. Incentivos fiscais

2.17.1. Federais

Lei do Bem:

A Lei Federal 11.196/2005 (Lei do Bem) dispõe sobre incentivos fiscais para inovação tecnológica, visando promover a aquisição de novos conhecimentos, agregar know-how, incentivar a pesquisa tecnológica e o desenvolvimento de novos produtos e processos no país.

Nos anos de 2020 e 2019 a Enauta Energia identificou dispêndios enquadráveis como inovação tecnológica, para fins de Lei do Bem, em relação ao seu Sistema de Produção Antecipada no campo de Atlanta – BS4. Tal incentivo possibilitou a redução da base de cálculo do IRPJ e da CSLL em aproximadamente R\$2.000 (R\$21.000 em 31 de dezembro de 2019).

Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (“Sudene”) – Lucro da exploração

Por possuir o campo de Manati, que está localizado na área de abrangência da Sudene, a Enauta detém o direito de redução de 75% do imposto de renda e adicional, calculados com base no Lucro da Exploração. A Enauta irá usufruir deste benefício até 31 de dezembro de 2025. Na investida operacional Enauta, o valor correspondente ao incentivo foi contabilizado no resultado e posteriormente transferido para a reserva de lucros - incentivos fiscais, no patrimônio líquido. Este benefício está enquadrado como subvenção de investimento, atendendo às normas previstas no artigo 30 da Lei Federal nº 12.973/2014.

2.17.2. Estaduais

a) Crédito presumido - ICMS

De acordo com o Decreto Estadual nº 13.844/2012 da Bahia, a Enauta usufrui de um crédito presumido de 20% do imposto estadual incidente - ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) nas saídas de gás natural devido ao investimento em unidade de compressão com o objetivo de viabilizar a manutenção da produção. Este benefício irá perdurar até 2022.

Na investida Enauta Energia, esta subvenção para investimento do ICMS é registrada na rubrica “impostos incidentes sobre as vendas” e posteriormente, quando do encerramento do exercício, é destinada à rubrica de “Reservas de lucros - incentivos fiscais” no patrimônio líquido, atendendo às normas previstas no artigo 30 da Lei Federal 12.973/2014.

2.18. Acordos de pagamentos baseados em ações

O plano de remuneração baseado em ações para empregados, a serem liquidados com instrumentos patrimoniais, são mensurados pelo valor justo na data da outorga, conforme descrito na nota explicativa nº 28 (iii).

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método acelerado como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio líquido (“plano de opção de ações”).

2.19. Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios do Grupo. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

2.20. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo for parte das disposições contratuais do instrumento. As demonstrações financeiras do Grupo foram preparadas de acordo com o CPC 48 (IFRS 9), classificando os ativos financeiros entre as três principais categorias: mensurados ao custo amortizado, VJORA (valor justo por meio de outros resultados Abrangentes) e VJR (valor justo por meio do resultado).

A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 (IFRS 9) é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

2.20.1. Ativos financeiros

A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido, por meio de norma ou prática de mercado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Incluem os ativos financeiros mantidos para negociação (ou seja, adquiridos principalmente para serem vendidos no curto prazo), ou designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. O Grupo possui equivalentes de caixa (CDB/CDI (pós-fixado) e debêntures compromissadas), aplicações financeiras e opções de venda de óleo classificadas nesta categoria.

Custo amortizado

O ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (a) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (b) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O Grupo possui caixa restrito e aplicação financeira não circulante classificado nesta categoria.

Ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se ambas as seguintes condições forem atendidas; (a) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (b) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Para todos os ativos financeiros, uma evidência objetiva pode incluir:

- dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte;
- violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal;
- probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira;
- extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros; ou
- aumento significativo do risco de crédito da contraparte.

Para ativos financeiros registrados ao custo, o valor da perda por redução ao valor recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de retorno atual para um ativo financeiro similar. Essa perda por redução ao valor recuperável não será revertida em exercícios subsequentes.

A Companhia apura as perdas estimadas em PECLD das contas a receber com base na aborgdagem simplificada prevista no CPC 48.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido por provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

2.20.2. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “outros passivos financeiros ao custo amortizado”. O Grupo não possui passivos financeiros a valor justo.

Outros passivos financeiros ao custo amortizado

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo exercício. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil.

O Grupo possui empréstimos e financiamentos classificados nesta categoria.

2.21. Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia assim como de sua controlada Enauta Energia utilizada na preparação das demonstrações financeiras, é a moeda corrente do Brasil - Real (“R\$”), sendo a que melhor reflete o ambiente econômico no qual o Grupo está inserido e a forma como é gerido. A controlada indireta e a controlada em conjunto sediadas na Holanda, utilizam o dólar norte-americano (“US\$”) como moeda funcional. As demonstrações financeiras das controladas e controlada em conjunto são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.21.1. Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da controladora. Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas

pela taxa de câmbio da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido, na demonstração do resultado abrangente, na linha de outros resultados abrangentes - ajustes acumulados de conversão.

2.22. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.23. Demonstração do fluxo de caixa (“DFC”)

Esta demonstração é preparada de acordo com o CPC03 (R2) (IAS7) através do método indireto. A Companhia classifica na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os saldos de numerários conversíveis imediatamente em caixa e os investimentos de alta liquidez sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.24. Lucro líquido por ação

O lucro líquido por ação básico e lucro líquido por ação diluído são computados pela divisão do lucro líquido pela média ponderada de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluindo as ações mantidas em tesouraria no exercício.

2.25. Novas normas, alterações e interpretações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

- ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - alterações à IFRS 1 e à IAS 28;
- alterações ao CPC 10 Pagamento Baseado em Ações (IFRS 2) em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações;
- transferências de propriedade de investimento (Alterações ao CPC 28 (IAS 40));
- alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto;
- ICPC 21 - Transações em Moeda Estrangeira e Adiantamento (IFRIC 22); e
- IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.26. Arrendamentos – direitos de uso

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil (IAS 17) e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). O Grupo aplicou inicialmente o CPC 06(R2) (IFRS 16) a partir de 1º de janeiro de 2019. O Grupo adotou o CPC 06(R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo da aplicação inicial foi reconhecido no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019.

O IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

Além disso, a natureza das despesas relacionadas com esses contratos de arrendamento mudou, pois a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional por um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento

2.27. Receita de contrato com cliente

A Companhia reconhece a sua receita de acordo com o CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente. Neste sentido, os efeitos decorrentes dos contratos com os clientes somente são registrados quando todos os critérios estabelecidos pela norma são atendidos, incluindo a aprovação do contrato, a identificação dos direitos de cada parte frente aos produtos a serem transferidos e, quando os termos de pagamento são identificáveis e quando se observar que é provável que a Companhia receberá pela contraprestação à qual terá direito em troca dos ativos a serem transferidos ao cliente.

O contrato entre as partes também avalia os produtos prometidos e as respectivas obrigações de desempenho, bem como determina o preço da transação em bases contratuais e suas práticas de mensuração que leva em consideração a contraprestação especificada. Nesse contexto, as receitas referentes à extração de petróleo e gás natural, dentre outros, são reconhecidas quando ocorre a transferência do produto ao cliente e a obrigação definida em contrato é satisfeita. A mencionada mensuração inclui valores fixos e variáveis, os quais são alocados ao preço da transação, considerando a cada obrigação de desempenho, pelo valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca da transferência dos produtos prometidos aos clientes.

Assim, a receita é reconhecida quando a Companhia satisfaz a obrigação de desempenho que acontece quando o a transferência do bem prometido é efetivada para o cliente. O bem é considerado transferido quando está de posse do cliente, ou seja, quando o cliente tem controle e obtém substancialmente todo os benefícios restantes do ativo em questão.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.28. Correção voluntária de erro.

Durante 2020, o Grupo identificou erros que foram corrigidos pela reapresentação das rubricas afetadas das demonstrações financeiras de períodos anteriores de acordo com o CPC 26 / IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras e CPC 23 / IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudanças na Contabilidade Estimativas e erros. As tabelas a seguir resumem os impactos nas demonstrações financeiras da controladora e consolidadas:

I. Demonstração financeira em 31 de dezembro de 2019

ATIVO	Controladora				Consolidado			
	31/12/2019 (Original)	Ajustes	Ref.	31/12/2019 (Corrigido)	31/12/2019 (Original)	Ajustes	Ref.	31/12/2019 (Corrigido)
Total do ativo circulante	100.143	-		100.143	2.075.885	-		2.075.885
ATIVO NÃO CIRCULANTE								
Arrendamentos - direito de uso	-	-		-	727.645	(58.116)	(1)(2)	669.529
IR e CSLL diferidos	-	-		-	33.763	9.786	(1)(2)	43.549
Investimentos	2.810.324	(18.997)	(1)(2)(3)	2.791.327	177.289	-		177.289
Outros ativos não circulantes	-	-		-	1.534.584	-		1.534.585
Total do ativo não circulante	2.810.324	(18.997)		2.791.327	2.473.281	(48.330)		2.424.952
TOTAL DO ATIVO	2.910.467	(18.997)		2.891.470	4.549.166	(48.330)		4.500.837
PASSIVO								
Arrendamentos - direito de uso	-	-		-	233.395	(32.726)	(1)(2)	200.669
Outras obrigações	14.933	-		14.933	338.697	-		338.697
Total passivo circulante	14.933	-		14.933	572.092	(32.726)		539.366
NÃO CIRCULANTE								
Arrendamentos - direito de uso	-	-		-	537.107	3.393	(1)(2)	540.500
Outros passivos não circulantes	-	-		-	544.434	-		544.434
Total do passivo não circulante	-	-		-	1.081.541	3.393		1.084.934
PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Reserva de capital	18.676	10.912	(3)	29.588	18.676	10.912	(3)	29.588
Prejuízos acumulados	-	(29.909)	(1)(2)(3)	(29.909)	-	(29.909)	(1)(2)(3)	(29.909)
Outros - Patrimônio líquido	2.876.858	-		2.876.858	2.876.858	-		2.876.858
Total do patrimônio líquido	2.895.534	(18.997)		2.876.537	2.895.534	(18.997)		2.876.537
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.910.467	(18.997)		2.891.470	4.549.167	(48.330)		4.500.837

ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

II. Demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019

	Controladora				Consolidado			
	01/01/2019 a 31/12/2019	Ajustes	Ref	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2019 a 31/12/2019	Ajustes	Ref	01/01/2019 a 31/12/2019
	Original			Corrigido	Original			Corrigido
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	-	-		-	1.111.670	-		1.111.670
CUSTOS	-	-		-	(757.041)	5.855	(2)	(751.186)
LUCRO BRUTO	-	-		-	354.629	5.855		360.484
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS								
Gerais e administrativas	(5.775)	-		(5.775)	(45.868)	(12.594)	(3)	(58.462)
Equivalência patrimonial	249.708	(31.591)	(1)(2)(3)	218.117	1.791	-		1.791
Gastos exploratórios para a extração de petróleo e gás	-	-		-	(81.731)	-		(81.731)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	-	-		-	(2.676)	-		(2.676)
Outras despesas	-	-		-	(84.407)	-		(84.407)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	243.933	(31.591)		212.342	226.145	(6.739)		219.406
Rendimentos das aplicações financeiras	1.365	-		1.365	117.400	-		117.400
Outras receitas (despesas) financeiras	(9.326)	-		(9.326)	(102.137)	(34.639)	(1)(2)	(136.775)
RESULTADO FINANCEIRO	(7.961)	-		(7.961)	15.263	(34.639)		(19.374)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	235.972	(31.591)		204.381	241.408	(41.378)		200.032
Imposto de renda e contribuição social correntes	(20.507)	-		(20.507)	(56.791)	-		(56.791)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-		-	30.848	9.786	(1)(2)	40.634
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	215.465	(31.591)	(1)(2)(3)	183.874	215.465	(31.591)	(1)(2)(3)	183.874
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO -	0,82	-		0,70				

III. Demonstração do fluxo de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2019

	Controladora				Consolidado			
	Original	Ajustes	Ref.	Corrigido	Original	Ajustes	Ref.	Corrigido
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS								
Lucro líquido do exercício	215.465	(31.591)	(1)(2)(3)	183.874	215.465	(31.591)	(1)(2)(3)	183.874
Ajustes para reconciliar o resultado líquido com o caixa gerado pelas atividades operacionais:								
Equivalência patrimonial	(249.708)	31.591	(1)(2)(3)	(218.116)	(1.791)	-		(1.791)
Amortização e depreciação - IFRS 16	-	-		-	170.254	(5.855)	(2)	164.399
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-		-	(30.917)	(9.786)	(1)(2)	(40.703)
Encargos financeiros IFRS 16	-	-		-	60.168	34.639	(1)(2)	94.807
Despesa com plano de opção de ação	-	-		-	(18.011)	12.595	(3)	(5.416)
Outras atividades operacionais	(6.105)	-		(6.107)	268.510	-	(3)	268.510
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(40.348)	-		(40.348)	663.678	-		663.678
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	532.784	-		532.784	33.821	-		33.821
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(492.309)	-		(492.309)	(715.101)	-		(715.100)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	-	-		-	8.841	-		8.841
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa no período	127	-		127	(8.760)	-		(8.760)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	118	-		118	60.038	-		60.038
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	245	-		245	51.278	-		51.278
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa no exercício	127	-		127	(8.760)	-		(8.760)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

IV. Demonstração do valor adicionado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019

	Controladora				Consolidado			
	Original	Ajustes	Ref	Corrigido	Original	Ajustes	Ref.	Corrigido
VALOR (UTILIZADO) ADICIONADO BRUTO	(1.454)	-		(1.454)	899.071	-		899.071
DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	-	-		-	(433.157)	5.855	(2)	(427.302)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO (UTILIZADO) PELA ENTIDADE	(1.454)	-		(1.454)	465.914	5.855		471.769
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	241.803	(31.591)		210.212	218.404	3.884		222.288
Resultado de equivalência patrimonial e dividendos	149.709	(31.591)	(1)(2)(3)	118.118	1.791	-		1.791
Receitas financeiras	92.089	-		92.089	201.576	3.884	(1)(2)	205.460
Outros	5	-		5	15.037	-		15.037
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	240.349	-		208.758	684.318	9.738		694.056
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
Pessoal:								
	3.617	-		3.617	52.929	12.594	(3)	65.523
Impostos, taxas e contribuições:								
	21.210	-		21.210	213.818	(9.786)	(1)(2)	204.032
Remuneração de capitais de terceiros:								
	57	-		57	202.106	38.522		240.628
Remuneração de capitais próprios:								
Resultado líquido do exercício	215.465	(31.591)	(1)(2)(3)	183.874	215.465	(31.591)	(1)(2)(3)	183.874
VALOR ADICIONADO DISTRIBUIDO	240.349	-		208.758	684.318	9.738		694.056

Descrição dos erros:

1) Variação cambial capitalizada erroneamente como ativo de direito de uso

Durante 2020, o Grupo descobriu que a variação cambial arrendamentos a pagar denominados em moeda estrangeira foram reconhecidos como ativos de direito de uso ao invés de despesas financeiras na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Como consequência, o Grupo está aplicando os requisitos do CPC 02 / IAS 21 - Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio para converter o passivo de arrendamento para a moeda funcional e reconhecer as diferenças de câmbio de moeda estrangeira na demonstração do resultado da seguinte forma:

	Controladora	Consolidado
Arrendamentos – direito de uso	-	(36.877)
Impostos diferidos	-	10.452
Investimentos	(20.289)	-
Ativo não circulante	(20.289)	(26.425)
Arrendamentos – direito de uso	-	(6.136)
Passivo circulante	-	(6.136)
Resultado de equivalência	(20.289)	-
Outras receitas e despesas operacionais	-	(30.987)
Amortização e depreciação	-	246
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(20.289)	(30.741)
Impostos diferidos	-	10.452
Resultado do exercício	(20.289)	(20.289)

2)) Créditos tributários (PIS e COFINS) incluídos erroneamente na mensuração inicial dos arrendamentos

A Companhia reconheceu o valor integral do crédito tributário de PIS e COFINS, referentes à Lei nº 10. 637 e 10.833, no início do contrato de arrendamento como parte do direito de uso dos bens. Dessa forma, esse ajuste visa corrigir o reconhecimento dos créditos tributários no momento do pagamento das parcelas do contrato de locação da seguinte forma::

	Controladora	Consolidado
Direito de uso - Imóveis	-	(21.239)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(665)
Investimentos	1.292	-
Ativos não circulantes	1.292	(21.904)
Direito de uso – Imóveis	-	(26.590)
Passivo circulante	-	(26.590)
Direito de uso – Imóveis	-	3.394
Passivo não-circulante		3.394
Resultado de equivalência	1.292	-
Amortização e depreciação	-	5.609
Outras receitas e despesas financeiras	-	(3.652)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(665)
Lucro líquido do exercício	1.292	1.292

3) Opções de ações revertidas erroneamente em 2019

A Controladora concedeu plano de pagamento baseado em ações para administradores das controladas e principais executivos seniores, no período de 2011 a 2016. A Companhia reverteu incorretamente na demonstração de resultados de 2019 o valor anteriormente reconhecido como uma despesa de pagamento liquidada em ações durante o períodos de carência relativos aquelas opções não exercidas pelos empregados e, adicionalmente reconheceu indevidamente como despesa o reembolso recebido das controladas pela concessão das ações da controladora. Desta forma, a Companhia fez os seguintes lançamentos para ajustar a demonstração do resultado:

	Controladora	Consolidado
Resultado acumulado	(12.592)	12.592
PL	12.592	12.592
Despesas gerais e administrativas	(12.592)	(12.592)
Resultado líquido	(12.592)	(12.592)

O montante de R\$1.685 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi ajustado diretamente no saldo inicial do patrimônio líquido.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis do Grupo descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais os valores não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes.

As principais estimativas utilizadas referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas, depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível, premissas para determinação da provisão para abandono de poços e desmantelamento de áreas, expectativa de realização dos créditos tributários e demais ativos, provisão para o imposto de renda e contribuição social e a avaliação e determinação do valor justo de instrumentos financeiros.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente e os seus efeitos contábeis às novas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas.

3.1. Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis

3.1.1. Investimentos atualizados ao custo amortizado

A Administração revisou os ativos financeiros do Grupo em conformidade com a manutenção do capital e as exigências de liquidez. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia não possuía nenhum investimento classificado nesta categoria.

3.2. Principais fontes de incertezas nas estimativas

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas utilizadas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos nos próximos exercícios:

3.2.1. Avaliação de instrumentos financeiros

O Grupo utiliza técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, incluindo valor justo de opção de compra de ações. A nota explicativa 27 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros e sua sensibilidade.

3.2.2. Vidas úteis dos bens do imobilizado e intangível

Conforme descrito na nota explicativa 2.10, a Administração revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado e intangível anualmente, ao encerramento de cada exercício. Durante o exercício, a Administração concluiu que as vidas úteis dos bens do imobilizado e intangível eram adequadas, não sendo requeridos ajustes.

3.2.3. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os impostos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social, bem como diferenças temporais, são reconhecidos apenas na medida em que o Grupo espera gerar lucro tributável futuro suficiente para sua realização com base em projeções e previsões elaboradas pela sua Administração e aprovadas pelos órgãos de governança. Estas projeções e previsões

futuras preparadas anualmente incluem várias premissas relacionadas às taxas de câmbio na moeda norte-americana, taxas de inflação, volume de produção dos ativos de hidrocarbonetos, preço do barril de petróleo, gastos exploratórios e compromissos, disponibilidade de licenças, e outros fatores que podem diferir das estimativas atuais.

De acordo com a atual legislação fiscal brasileira, não há prazo para a utilização de prejuízos fiscais. No entanto, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente em até 30% do lucro tributável anual.

3.2.4. Provisão para processos judiciais

O registro da provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas de um determinado passivo na data das demonstrações financeiras é feito quando o valor da perda pode ser razoavelmente estimado (nota explicativa 17). Por sua natureza, as contingências serão resolvidas quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da nossa atuação, o que dificulta a realização de estimativas precisas acerca da data precisa em que tais eventos serão verificados.

Avaliar tais passivos, particularmente no incerto ambiente legal brasileiro, e outras jurisdições, envolve o período de estimativas e julgamentos significativos da Administração e de seus assessores legais quanto aos resultados das decisões legais.

3.2.5. Estimativas das reservas provadas e de reservas prováveis (amortização de ativo imobilizado e intangível, provisão para abandono e análises de *impairment*)

As estimativas de reservas provadas e de reservas prováveis são anualmente avaliadas e atualizadas. As reservas provadas e as reservas prováveis são determinadas usando técnicas de estimativas geológicas geralmente aceitas. O cálculo das reservas requer que o Grupo assuma posições sobre condições futuras que são incertas, incluindo preços de petróleo, taxas de câmbio, taxas de inflação, disponibilidade de licenças e custos de produção. Alterações em algumas dessas posições assumidas poderão ter impacto significativo nas reservas provadas e reservas prováveis estimadas.

A estimativa do volume das reservas é base de apuração da parcela de amortização e sua estimativa de vida útil é fator preponderante para a quantificação da provisão de abandono e desmantelamento de áreas quando da sua baixa contábil do ativo imobilizado. Qualquer alteração nas estimativas do volume de reservas e da vida útil dos ativos a elas vinculado poderá ter impacto significativo nos encargos de amortização, reconhecidos nas demonstrações financeiras como custo dos produtos vendidos. Alterações na vida útil estimada poderão causar impacto significativo nas estimativas da provisão de abandono (nota explicativa 2.11), de sua recuperação quando da sua baixa contábil dos ativos imobilizados e intangíveis e das análises de *impairment* nos ativos de exploração e produção.

A metodologia de cálculo dessa provisão de abandono consiste em estimar, na data base de apresentação, quanto o Grupo desembolsaria com gastos inerentes a desmantelamento das áreas em desenvolvimento e produção naquele momento.

Esta provisão para abandono é revisada anualmente pela Administração, ajustando-se os valores ativos e passivos já contabilizados prospectivamente. Revisões das estimativas na provisão de abandono são reconhecidas prospectivamente como custo do imobilizado, sendo os efeitos da passagem do tempo (denominado como reversão do desconto), considerados no modelo de apuração da obrigação futura, alocadas diretamente no resultado (nota explicativa 18).

Os gastos com perfurações na fase de desenvolvimento e que não resultaram em “poços secos” e bônus de assinatura são capitalizados e mantidos de acordo com a prática contábil descrita na nota explicativa 2.10. A capitalização inicial de gastos e sua manutenção são baseadas no julgamento qualitativo da Administração de que a sua viabilidade será confirmada pelas atividades exploratórias em curso e planejada pelo comitê de operações de cada bloco.

3.2.6. Provisão para participação nos lucros

A participação nos resultados paga aos colaboradores é baseada na realização de métricas de desempenho individual e da área em que atuam internamente, indicadores financeiros e do resultado da Companhia. Esta provisão é constituída mensalmente, sendo recalculada ao final do exercício com base no resultado apurado e na melhor estimativa das metas atingidas, conforme as diretrizes da Lei Federal nº 10.101/2000, que regulamenta a Participação nos Lucros dos empregados nas empresas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>371</u>	<u>245</u>
Total	<u>371</u>	<u>245</u>

	Consolidado	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>103.248</u>	<u>51.278</u>
Total	<u>103.248</u>	<u>51.278</u>

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía caixa e aplicação financeira a prazo para fazer frente a pagamentos já programados.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Valor justo por meio do resultado:		
Fundo de investimento exclusivo - renda fixa	<u>2.660</u>	<u>14.004</u>
Total	<u>2.660</u>	<u>14.004</u>
Circulante	<u>2.660</u>	<u>14.004</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Valor justo por meio do resultado:		
Operações Compromissadas e CDBs	85.267	74.645
Fundo de investimento exclusivo multimercado (i):	<u>1.524.010</u>	<u>1.578.378</u>
CDB (pós-fixado CDI)	15.942	15.553
Títulos públicos (LFT/NTN)	1.134.872	825.096
Letras financeiras (ii)	<u>373.196</u>	<u>737.729</u>
Total	<u>1.609.277</u>	<u>1.653.023</u>
Circulante	<u>1.609.277</u>	<u>1.653.023</u>

i. A controlada Enauta Energia possui fundo de investimento exclusivo multimercado, sem perspectiva de utilização dos recursos em um prazo de 90 dias da data de sua aplicação, que investe em cotas de dois fundos exclusivos de renda fixa lastreados em títulos públicos indexados à variação da taxa Selic e títulos privados indexados à variação da taxa do CDI.

ii. Letras Financeiras dos Bancos ABC, Alfa, Bradesco, BNP, Daycoval Safra, Itaú, Volkswagen e Votorantim.

a) Rentabilidade

As rentabilidades dos títulos e valores mobiliários foram equivalentes à média de 92,49% da variação da taxa CDI acumulada em 2020 (98,80% da taxa CDI em 2019).

6. CONTAS A RECEBER

A Enauta Energia tem contrato de longo prazo com vencimento em junho de 2030 para fornecimento de um volume mínimo anual de gás à Petrobras do campo de Manati, por um preço em Reais que é ajustado anualmente com base em índice contratual corrigido pela inflação brasileira, com cláusula de *take or pay*.

Em 16 de julho de 2015, foi assinado o aditivo ao referido contrato de venda de gás que previa a compra do volume de 23 bilhões de m³ de gás, que elevou o volume contratado para toda a reserva do campo, mantendo-se os demais termos e condições do contrato original.

A controlada Enauta Energia possui um contrato com a Shell para a comercialização da produção do sistema de produção antecipada ("SPA") do campo de Atlanta. As vendas de óleo são Free on Board ("FOB") no FPSO, com um mecanismo de preço netback.

Os saldos de contas a receber nos montantes de R\$87.719 e R\$233.643 registrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente, referem-se basicamente a:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- operações de venda de gás para a Petrobras (R\$87.719 em 31 de dezembro de 2020 e R\$106.600 em 31 de dezembro de 2019). O prazo médio de recebimento de, aproximadamente, 40 dias após a emissão da nota fiscal.

Em 31 de dezembro de 2019 a Petrobras não adquiriu todo o volume contratado que define o take or pay anual. Dessa forma, a Enauta Energia possuía registrado naquela data o valor de R\$6.744 a receber em contrapartida de obrigação firmada pela entrega futura. O produto já foi retirado pela Petrobras e valor integralmente recebido em fevereiro de 2020.

Em Manati, a produção ficou suspensa de 22 de fevereiro a 25 de maio de 2020. Em março 2020, fomos notificados pela Petrobras de que a atual pandemia de Covid-19 configurava, no seu entender, evento de força maior, ocasionando diminuição do consumo de gás natural pelo mercado e afetando seu compromisso de retirada.

Em outubro de 2020, o consórcio concluiu a negociação relacionada a notificação acima citada e assinou um acordo com a Petrobras. Os montantes acordados já foram integralmente recebidos pela Companhia. Desta forma, não há saldo a receber de take or pay em 31 de dezembro de 2020.

- operação de venda de óleo do campo de Atlanta, para o cliente Shell (R\$127.043 em 31 de dezembro de 2019). O prazo médio de recebimento de 45 dias. Em 31 de dezembro de 2020, não havia saldo a receber com a Shell devido a suspensão preventiva da produção, conforme divulgado no fato relevante em 19 de novembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, não há provisão para perdas esperadas do saldo de contas a receber, pois não há, historicamente inadimplência ou atrasos nestes contratos.

7. CRÉDITOS E DÉBITOS COM PARCEIROS

Refletem gastos incorridos nas atividades de E&P que são cobrados ("*Cash Calls*") ou a serem cobrados dos parceiros não operadores nos respectivos consórcios, ou alocados pelos parceiros operadores à Companhia nos blocos não operados pela Enauta.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os créditos com parceiros não vencidos montam R\$46.761 e R\$57.643, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os débitos com parceiros (registrado na conta de fornecedores) não vencidos montam de R\$89.318 e R\$68.267, respectivamente, dos quais R\$64.077 (R\$32.583 em 31 de dezembro de 2019) refere-se a parte do parceiro Barra Energia mantido na instituição financeira em titularidade da controlada Enauta Energia."

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

8. ESTOQUES

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o saldo de estoques é composto como segue:

	Consolidado	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Bens de consumo de produção		
Materiais e insumos	751	813
Produtos acabados		
Óleo	<u>208</u>	<u>8.700</u>
Total	<u>959</u>	<u>9.513</u>
Circulante	<u>959</u>	<u>9.513</u>

9. PARTES RELACIONADAS

(i) Composição

Os saldos e as transações entre a Companhia e suas controladas que foram eliminados na consolidação não estão apresentados no saldo consolidado nesta nota explicativa. Os saldos das transações entre a Companhia e outras partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<u>Contas a receber – circulante</u>				
Enauta Energia	-	123	-	-
Constellation (a)	-	-	50	14
QGEP B.V.	-	-	121	84
OGX Netherlands (b)	-	-	-	<u>25.068</u>
Total	=	<u>123</u>	<u>171</u>	<u>25.166</u>

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<u>Contas a pagar – circulante</u>				
Enauta Energia (e)	-	11.383	-	-
Constellation (a)	-	-	-	48
QGEP B.V.	-	-	18.526	60.141
Total	=	<u>11.383</u>	<u>18.526</u>	<u>60.189</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado	
	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
<u>Resultado</u>		
Serviços compartilhados (a)	127	(75)
Leasing de equipamentos FPSO (c)	(139.681)	(105.106)
Leasing de equipamentos subsea (c)	(21.139)	(21.841)
Aluguel de equipamento (d)	-	(17.915)
Total	(160.693)	(144.937)

(a) Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o montante decorre do rateio de despesas pelo compartilhamento de recursos humanos especializados da Serviços de Petróleo Constellation S.A ("Constellation"). As despesas e receitas incorridas foram apuradas através de critérios de rateios considerando os esforços demandados para cada atividade corporativa, com prazo de liquidação de 35 dias. No caso de atraso incorrerão juros de 1% ao mês.

(b) Em 31 de dezembro de 2019, refere-se a valor a receber da OGX Netherlands B.V (até 2019 acionista da AFBV) referente aos fundigs requests para aporte na AFBV, entre julho de 2016 e janeiro de 2017 e que foram carregados igualmente pela QGEP Netherlands B.V e pela FR Barra 1 S.à r.l, controladores em conjunto da AFBV junto à OGX Netherlands B.V.. Os valores são em dólares norte-americanos e, portanto, havia incidência de variação cambial e libor de 1% ao mês.

Em maio de 2020 a QGEP BV reconheceu contabilmente o investimento adicional de 20% sobre a AFBV.

(c) Referem-se ao contrato de arrendamento de equipamentos subsea (pagamento trimestral) e ao FPSO Petrojarl I, celebrados entre a Enauta e a AFBV. Estes valores são pagos em dólares norte-americanos.

(d) Em 2019 valor refere-se ao aluguel e prestação de serviço da sonda Laguna Star para atividades no terceiro poço e intervenção nos dois primeiros poços produtores.

(e) Referem-se a transações baseadas em opção de ações entre companhias do grupo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Garantias e fianças com partes relacionadas

A Companhia outorgou garantia de performance, em favor da ANP, quanto a todas as obrigações contratuais assumidas pela Enauta Energia nos Contratos de Concessões firmados no âmbito da 11ª, 13ª, 14ª e 15ª Rodada de Licitação.

A Enauta Energia possui outorga de fiança para garantir o financiamento contratado junto ao Banco do Nordeste do Brasil ("BNB"), conforme mencionado na nota explicativa 16 e para as obrigações.

A Companhia garante através de aval corporativo os empréstimos contratados pela Enauta Energia junto a Financiadora de Estudos e Projetos ("FINEP"), conforme mencionado na nota explicativa 16.

(iii) Remuneração dos Administradores

Inclui a remuneração fixa (salários e honorários, férias, 13º salário e previdência privada e demais benefícios previstos no acordo coletivo), os respectivos encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS, dentre outros), a remuneração variável e plano de opção de ações do pessoal-chave da Administração conforme apresentada no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Benefícios de curto prazo	4.232	4.308	12.828	10.874
Plano de opção de ações	-	-	-	74

Não são oferecidos pela Companhia benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo e/ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho, exceto pelo plano de benefícios de aposentadoria descrito na nota explicativa 31.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. CAIXA RESTRITO

	Consolidado	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Aplicação financeira - garantidoras (a)	223.310	168.149
Fundo de abandono (b)	<u>358.438</u>	<u>263.976</u>
Total	<u>581.748</u>	<u>432.125</u>

Composição:

- (a) Garantia para empréstimos e financiamentos, conforme nota explicativa 16.
- (b) O “fundo de abandono” é representado pelas aplicações financeiras mantidas para o compromisso de pagamento do abandono do campo de Manati e do campo de Atlanta, sendo as regras dos fundos aprovadas pelos consórcios e administradas pelos operadores de cada bloco.

Campos	Consolidado	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Manati	231.064	198.810
Atlanta (*)	<u>127.374</u>	<u>65.166</u>
Total	<u>358.438</u>	<u>263.976</u>

(*) A parcela da Enauta neste fundo é de R\$63.687 (R\$32.583 em 31 de dezembro de 2019).

A rentabilidade acumulada do fundo de abandono de Manati foi de 15,87% (para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 6,72% no exercício findo em 31 de dezembro de 2019).

A rentabilidade acumulada do fundo de abandono de Atlanta foi de 95% do CDI para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

11.1. Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Antecipação IR e CSLL (b)	382	492	5.038	6.351
Imposto retido na fonte (a)	53	240	9.112	16.639
Recuperação PIS / COFINS (c)	-	-	57.099	-
Crédito PIS/COFINS	-	-	4.694	3.843
ICMS - ativo imobilizado	-	-	202	477
Outros créditos	-	-	292	-
Total	<u>435</u>	<u>732</u>	<u>76.707</u>	<u>27.310</u>
Circulante	<u>435</u>	<u>732</u>	<u>16.277</u>	<u>23.005</u>
Não circulante	-	-	<u>60.430</u>	<u>4.305</u>

11.2. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
ICMS (d)	-	-	10.234	4.616
PIS/COFINS (e)	1.758	9.253	-	12.102
IRRF sobre serviços/salários	55	64	1.561	1.979
IR e CSLL	-	5.435	-	4.170
Royalties (f)	-	-	2.964	10.790
Participação especial (f)	-	-	173	1.401
IRRF sobre remessas estrangeira (g)	-	-	4.601	4.736
Outros (h)	<u>2</u>	<u>2</u>	<u>4.777</u>	<u>3.052</u>
Total	<u>1.815</u>	<u>14.75</u>	<u>24.310</u>	<u>42.845</u>
		<u>4</u>		
Circulante	<u>1.815</u>	<u>14.754</u>	<u>17.036</u>	<u>42.845</u>
Não circulante	-	-	<u>7.274</u>	-

- (a) Refere-se basicamente a IRRF incluindo os créditos referentes ao sistema de cobrança semestral do imposto de renda sobre a rentabilidade das carteiras, denominado "come-cotas", na controlada Enauta Energia.
- (b) Antecipação de IR e CSLL a compensar de períodos anteriores.
- (c) Créditos fiscais de PIS e COFINS atualizados monetariamente pela Selic referentes processo judicial transitado em julgado em 26 de junho de 2020, a favor da Companhia, em que foi reconhecido o direito de exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS (nota explicativa 17).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (d) Débitos sobre a venda de gás natural do campo de Manati, o mesmo encontra-se líquido dos benefícios fiscais descritos na nota explicativa 20.
- (e) O valor da controladora refere-se ao juros sobre capital próprio ("JCP") e no consolidado refere-se, principalmente, aos débitos incidentes sobre a venda de gás natural do campo de Manati.
- (f) Participações governamentais sobre o gás produzido no campo de Manati e sobre o óleo produzido no campo de Atlanta, conforme descrito na nota explicativa 25.
- (g) O valor refere-se à adesão pelo Operador ao programa instituído pela Lei Federal nº 13.586/2017 de desistência das ações administrativas e judiciais relativas ao IRRF sobre remessas estrangeiras devido a contratos de aluguel de embarcações (o valor ainda não foi objeto de cash call pelo Operador).
- (h) Basicamente refere-se à retenção de área e tributos retidos sobre serviços prestados.

11.3. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado:

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019 (Corrigido)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019 (Corrigido)
Lucro antes do IR e CSLL	126.585	204.381	142.964	200.031
Alíquotas oficiais de imposto	34%	34%	34%	34%
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(43.039)	(69.490)	(48.608)	(68.011)
Ajuste dos encargos à taxa efetiva:				
Equivalência patrimonial	45.705	74.160	(1.899)	(609)
Prejuízos fiscais não ativados (a)	-	-	113	-
Incentivos fiscais (b)	-	-	31.418	48.483
Compensação de prejuízos fiscais dos anos anteriores	1.138	8.799	1.138	8.799
Despesas indedutíveis/receita não tributável:				
Permanentes (c)	(6.436)	(33.976)	(1.173)	(4.818)
IR/CS correntes	(2.632)	(20.507)	(41.926)	(56.791)
IR/CS diferidos	-	-	22.916	40.634

- (a) Referente a prejuízos fiscais e base negativa. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possuía prejuízo fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$900 (R\$ 4.247 para prejuízo fiscal e R\$ 4.248 para base negativa em 31 de dezembro de 2019), sendo que a Companhia não registra ativos diferidos de imposto de renda e de contribuição social decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda ou bases

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

negativas de contribuição social, por não haver histórico de lucratividade fiscal até a corrente data e pela Companhia ser uma empresa de participação.

(b) Refere-se basicamente ao incentivo fiscal do crédito presumido do ICMS e ao Lucro da Exploração.

(c) Em dezembro de 2020 foi reconhecido o lucro da empresa QGEP BV.

11.4. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são oriundos de provisões não dedutíveis temporariamente reconhecidas no resultado da controlada Enauta, as quais serão deduzidas do lucro real e à base da contribuição social, em exercícios lucrativos futuros quando efetivamente realizadas.

	Consolidado	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
		(Corrigido)
<u>Composição ativo fiscal diferido</u>		
Amortização da provisão para abandono	117.991	92.153
Provisão para pesquisa e desenvolvimento	628	1.023
Arrendamento - IFRS 16	75.984	24.357
Provisões diversas	<u>8.449</u>	<u>8.711</u>
Total	<u>203.051</u>	<u>126.244</u>

	Consolidado	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
		(Corrigido)
<u>Composição passivo fiscal diferido</u>		
Tributação em bases universais QGEP B.V.	(40.739)	-
Crédito de exclusão ICMS base de cálculo PIS e COFINS	(19.414)	-
Depreciação acelerada	(45.920)	(45.920)
Provisão para abandono	(26.373)	-
Provisões diversas	<u>(4.128)</u>	<u>(36.775)</u>
Total	<u>(136.574)</u>	<u>(82.695)</u>

	Consolidado
<u>Ativo fiscal diferido</u>	
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (Corrigido)	<u>126.244</u>
Diferenças temporárias geradas por provisões e respectivas reversões:	
Amortização da provisão para abandono	25.838
Arrendamento - IFRS 16	51.626
Provisões diversas - Adições e reversões	<u>(657)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>203.051</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Consolidado</u>
<u>Passivo fiscal diferido</u>	
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (ajustado)	<u>(82.695)</u>
Tributação em bases universais QGEP B.V.	(40.739)
Crédito exclusão ICMS base de cálculo PIS e COFINS	(19.414)
Provisão para abandono	(3.493)
Provisões diversas – exclusões e reversões	<u>9.767</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>136.574</u>
 <u>Saldo do ativo diferido líquido</u>	 <u>66.478</u>

Para fundamentar os créditos fiscais diferidos, a Companhia atualizou, já considerando as realizações até 31 de dezembro de 2020, o estudo técnico de viabilidade o qual está baseado nas projeções elaboradas em 2020 e aprovadas pela Diretoria. O estudo demonstra a viabilidade da recuperação.

Cronograma esperado de realização do crédito tributário diferido em 31 de dezembro de 2020:

<u>Ativo diferido</u>	
2021	8.253
2022	247
A partir de 2023	<u>194.552</u>
Total	<u>203.052</u>
 <u>Passivo diferido</u>	
2021	(82.952)
2022	(4.078)
A partir de 2023	<u>(49.520)</u>
Total	<u>(136.550)</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. INVESTIMENTOS

12.1. Composição

A seguir, são apresentados os detalhes das controladas da Companhia no encerramento do exercício:

Participação	Nome da controlada	Local de constituição e operação	Participação no capital votante e total detidos
Direta	Enauta Energia S.A.	Brasil	100%
Indireta	QGEP B.V.	Holanda	100%
Indireta	Atlanta Field B.V.	Holanda	50%

12.2. Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

Abaixo, dados dos investimentos e as demonstrações financeiras para cálculo de equivalência patrimonial nas controladas diretas e indiretas (em R\$):

	31/12/2020		
	Enauta Energia	QGEP B.V.	AFBV(*)
Quantidade de ações ordinárias	191.262.711	1.000	5.000
Percentual de participação	100%	100%	50% (a)
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$ (*)</u>
Capital social	2.042.553	2	20
Patrimônio líquido	2.749.257	76.112	54.727
Lucro líquido do exercício	134.426	114.659	16.533
Ativo total	4.350.977	82.344	786.664
Passivo total	1.601.720	6.232	732.387
Receita operacional líquida	945.446	-	44.940

- (a) Em 25 de outubro de 2019, a titularidade das ações da Dommo BV na proporção de 20% foi efetivamente transferida para a QGEP BV, após decisão do Tribunal de Amsterdã deferindo o pedido da QGEP BV e da outra acionista Barra Luxembourg Sarl. Em 19 de novembro de 2019, o tribunal de Roterdã concedeu um gravame judicial bloqueando as ações da QGEP BV na AFBV, a pedido da Dommo Netherlands B.V. Em 13 de maio de 2020, o tribunal de Amsterdam proferiu decisão no sentido de liberar o gravame outrora determinado com efeitos imediatos, deferindo o pedido da QGEP BV e da outra acionista Barra Luxembourg Sarl. Em razão disso, os 20% adicionais das ações da AFBV foram reconhecidos contabilmente pela QGEP BV em maio de 2020 pelo valor de US\$29.900 (R\$120.982) conforme previsto no CPC 46 (IFRS 13). Este investimento foi registrado em contra-partida ao resultado do exercício, na rubrica de "outras receitas (despesas) operacionais líquidas".

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2019		
	<u>Enauta Energia</u>	<u>QGEP B.V.</u>	<u>AFBV(*)</u>
	(Corrigido)		
Quantidade de ações ordinárias	191.262.711	1.000	3.000
Percentual de participação	100%	100%	30%
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$ (*)</u>
Capital social	2.042.553	151.446	20
Patrimônio líquido	2.791.327	203.224	590.963
Lucro líquido do exercício	218.117	(489)	8.954
Ativo total	4.484.992	204.126	864.858
Passivo total	1.693.666	902	841.098
Receita operacional líquida	1.111.670	-	48.549

(*) Valores apresentados referem-se ao total da AFBV.

A movimentação dos investimentos da Companhia apresentada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas é como segue:

	31/12/2020	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>Enauta</u>	<u>AFBV</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (corrigido)	<u>2.791.327</u>	<u>177.289</u>
Redução de capital social	-	(20)
Plano de opção de ações	20.629	-
Pagamento de dividendos (b)	(218.500)	(60.212)
Ajustes acumulados de conversão	58.273	(218.121)
Alteração de participação acionária	-	120.982
Hedge	(6.991)	-
Ajuste de exercícios anteriores	(29.909)	-
Resultado de equivalência patrimonial	<u>134.426</u>	<u>7.220</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>2.749.257</u>	<u>27.138</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2019	
	Controladora	Consolidado
	<u>Enauta</u>	<u>AFBV</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>3.161.351</u>	<u>167.888</u>
Plano de opção de ações	(5.416)	-
Pagamento de dividendos	(470.408)	-
Juros sobre capital próprio (c)	(100.000)	-
Ajustes acumulados de conversão	8.841	7.610
Hedge	(21.157)	-
Resultado de equivalência patrimonial	<u>218.117</u>	<u>1.791</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>2.791.327</u>	<u>177.289</u>

- (a) A Administração da Companhia propôs a distribuição de dividendos adicionais ao JCP no valor de R\$19.000. O valor foi pago pela Enauta Energia à Companhia em fevereiro de 2021.
- (b) Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 15 de abril de 2020, foi aprovada a distribuição de dividendos adicionais ao JCP (item b) no valor de R\$218.500. O valor foi pago pela Enauta Energia à Companhia no dia 28 de abril de 2020.
- (c) Em Assembleia Geral Extraordinária de 27 de dezembro de 2019, foi aprovada a distribuição de JCP no valor de R\$100.000 (valor líquido da retenção de IRRF de R\$85.000), a serem imputados ao dividendo obrigatório do exercício de 2019. O valor foi pago pela Enauta Energia à Companhia no dia 28 de abril de 2020.

13. IMOBILIZADO

		Consolidado		
	Taxas de	31/12/2020		
	depreciação		Depreciação	
		Custo		Valor contábil
<u>Segmento corporativo</u>				
Móveis e utensílios	10%	2.915	(2.059)	856
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	4.107	(4.107)	-
Instalações	11%	1.556	(1.058)	498
Computadores – <i>hardware</i>	20%	4.332	(3.229)	1.103
Imóveis	3%	6.363	(1.155)	5.208
Terrenos	-	<u>174</u>	<u>-</u>	<u>174</u>
Subtotal		<u>19.447</u>	<u>(11.608)</u>	<u>7.839</u>
<u>Segmento de upstream</u>				
Gastos com exploração de recursos naturais (i)		16.842	(15.679)	1.163
Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás Atlanta (ii)		1.370.170	(592.776)	777.394
Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás - Manati (ii)		<u>1.073.798</u>	<u>(931.089)</u>	<u>142.709</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Subtotal	<u>2.460.810</u>	<u>(1.539.544)</u>	<u>921.266</u>
Total	<u>2.480.257</u>	<u>(1.551.152)</u>	<u>929.105</u>

		Consolidado		
	Taxas de depreciação	31/12/2019		
		Custo	Depreciação	Valor contábil
<u>Segmento corporativo</u>				
Móveis e utensílios	10%	2.872	(1.769)	1.103
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	4.107	(4.107)	-
Instalações	11%	1.556	(888)	668
Computadores - <i>hardware</i>	20%	3.797	(2.846)	951
Imóveis	3%	6.363	(978)	5.385
Terrenos	-	<u>174</u>	<u>-</u>	<u>174</u>
Subtotal		18.869	(10.588)	8.281

Segmento de upstream

Gastos com exploração de recursos naturais (i)	16.844	(15.346)	1.498
Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás - Atlanta (ii)	916.888	(346.532)	570.356
Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás - Manati (ii)	<u>1.007.641</u>	<u>(890.027)</u>	<u>117.614</u>
Subtotal	<u>1.941.373</u>	<u>(1.251.905)</u>	<u>689.468</u>
Total	<u>1.960.242</u>	<u>(1.262.493)</u>	<u>697.749</u>

(i) Referentes a poços descobridor e delimitadores do campo de Manati, os quais já estão em fase de produção.

(ii) As reservas provadas utilizadas para cálculo da amortização (em relação ao volume mensal de produção) são estimadas por geólogos e engenheiros de petróleo de acordo com padrões internacionais e revisados anualmente ou quando há indicação de alteração significativa (nota explicativa 25 (b)). Os efeitos das alterações das reservas em relação à amortização são computados de forma prospectiva, ou seja, não impactam os valores outrora registrados.

Custo	Consolidado				Total
	Gastos com imobilizados corporativos	Gastos com exploração de recursos naturais	Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás -Atlanta	Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás - Manati	
Saldo em 01 de janeiro de 2019	<u>18.233</u>	<u>16.844</u>	<u>715.327</u>	<u>975.380</u>	<u>1.725.784</u>
(+) Adições do exercício	636	-	202.332 (a)	32.261 (b)	235.229
(-) Baixas do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(771)</u> (c)	<u>-</u>	<u>(771)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>18.869</u>	<u>16.844</u>	<u>916.888</u>	<u>1.007.641</u>	<u>1.960.242</u>
(+) Adições do exercício	578	-	453.393 (d)	66.157 (e)	520.128
(-) Baixas do exercício	<u>-</u>	<u>(2)</u>	<u>(111)</u> (f)	<u>-</u>	<u>(113)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>19.447</u>	<u>16.842</u>	<u>1.370.170</u>	<u>1.073.798</u>	<u>2.480.257</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2019, as principais adições e baixas de imobilizado no exercício referem-se a: (a) gastos de desenvolvimento do 3º poço (b) gastos de desenvolvimento do campo no valor de R\$23.789 e R\$8.472 de variação cambial de provisão de abandono e (c) R\$ 771 referentes à baixa do campo de Oliva.

Em 31 de dezembro de 2020 as principais adições e baixas de imobilizado no exercício referem-se a: (d) R\$132.510 de provisão de abandono e R\$329.127 refere-se a aquisição de equipamentos da AFBV, (e) R\$ R\$61.158 de provisão de abandono de Manati e (f) baixa do campo de Oliva.

<u>Depreciações e amortizações</u>	<u>Depreciações imobilizado corporativo</u>	<u>Amortizações gastos com exploração de recursos naturais</u>	<u>Amortizações gastos com desenvolvimento de produção de petróleo- Atlanta</u>	<u>Amortizações gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás- Manati</u>	<u>Total</u>
Saldo em 1 de janeiro de 2019	<u>(9.755)</u>	<u>(14.824)</u>	<u>(108.022)</u>	<u>(854.760)</u>	<u>(987.361)</u>
(-) Adições do exercício	(833)	(522)	(238.510)	(35.267)	(275.132)
(+) Baixas do exercício	—	—	—	—	—
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>(10.588)</u>	<u>(15.347)</u>	<u>(346.532)</u>	<u>(890.027)</u>	<u>(1.262.494)</u>
(-) Adições do exercício	(1.020)	(332)	(246.244)	(41.062)	(288.658)
(+) Baixas do exercício	—	—	—	—	—
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>(11.608)</u>	<u>(15.679)</u>	<u>(592.776)</u>	<u>(931.089)</u>	<u>(1.551.152)</u>

14. INTANGÍVEL

Consolidado				
	Taxa de amortização			<u>Valor contábil</u>
		<u>Custo</u>	<u>Amortizações</u>	<u>31/12/2020</u>
Aquisição de concessão exploratória (i)	-	250.709	(24.228)	226.481
Bônus de assinatura (ii)	-	162.181	-	162.181
Software	20%	<u>8.912</u>	<u>(8.095)</u>	<u>817</u>
Total		<u>421.802</u>	<u>(32.323)</u>	<u>389.479</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Taxa de amortizações	Consolidado		
		Custo	Amortizações	Valor contábil 31/12/2019
Aquisição de concessão exploratória (i)	-	250.709	(13.789)	236.920
Bônus de assinatura (ii)	-	162.110	-	162.110
Software	20%	8.410	(7.849)	561
Total		<u>421.228</u>	<u>(21.637)</u>	<u>399.591</u>

- (i) Refere-se aos direitos de participação de 50% nos campos de Atlanta e Oliva localizados no *offshore* da Bacia de Santos no valor de R\$250.709. A amortização teve início em maio de 2018.
- (ii) Gastos para a aquisição de direitos de exploração em leilões da ANP, os quais não estão sendo amortizados, pois se referem às áreas de concessão em fase exploratória (nota explicativa 25).

Custo e amortização	Consolidado			Total
	Aquisição de concessão exploratória	Bônus de assinatura	Software	
Saldo em 1º de janeiro de 2019	<u>246.740</u>	<u>159.754</u>	<u>291</u>	<u>406.785</u>
(+) Adições (custo)	-	2.356 (a)	600	2.956
(-) Baixas (custo)	-	-	(108)	(108)
(-) Adições (amortização)	<u>(9.820)</u>	-	<u>(228)</u>	<u>(10.047)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>236.920</u>	<u>162.110</u>	<u>561</u>	<u>399.591</u>
(+) Adições (custo)	-	633	502	(1.135)
(-) Baixas (custo)	-	(562)(b)	-	(562)
(-) Adições (amortização)	<u>(10.439)</u>	-	<u>(246)</u>	<u>(10.685)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>226.481</u>	<u>162.181</u>	<u>817</u>	<u>389.479</u>

- (a) R\$2.356 refere-se aos direitos de participação de 30% dos blocos SEAL-M-505, SEAL-M-575 e SEAL-M- 637 e R\$633 refere-se aos direitos de participação de 30% dos blocos PAR-T-86, PAR-T-99, PAR-T-196 e PAR-T-215 adquiridos no 2º Ciclo da Oferta Permanente realizado pela ANP (nota 1).

- (b) Baixa refere-se ao campo CAL-M-372 localizado no Bloco BM-CAL-12 em processo de discussão com o operador para posterior devolução à ANP (nota 22).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

15. ARRENDAMENTOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a composição do direito de uso e passivo de arrendamento é como segue:

	Consolidado		
	<u>31/12/2020</u>	<u>Movimentação</u>	<u>31/12/2019</u> <u>(Corrigido)</u>
Equipamentos	740.890	(90.161)	831.051
Imóveis	3.245	298	2.947
Amortização acumulada	<u>(345.911)</u>	<u>(181.442)</u>	<u>(164.469)</u>
Total – ativos direito de uso	<u>398.224</u>	<u>(271.305)</u>	<u>669.529</u>
Arrendamentos a pagar	973.160	(149.655)	1.122.815
Pagamentos	(507.451)	(319.816)	(187.635)
Variação cambial arrendamento	250.615	284.169	(33.554)
Ajuste a valor presente	(92.464)	65.382	(157.846)
Variação cambial AVP	<u>(58.884)</u>	<u>(56.273)</u>	<u>(2.611)</u>
Passivos de arrendamento	<u>564.976</u>	<u>(176.193)</u>	<u>741.169</u>

a) Impactos no exercício:

As amortizações dos direitos de uso dos bens contabilizados são de acordo com a vigência de cada contrato, respeitando os respectivos períodos de utilização.

Em relação a esses arrendamentos, de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, o Grupo reconheceu despesas de depreciação e juros, em vez de despesas de arrendamento operacional. Não houve pagamentos variáveis referente aos contratos de leasings reconhecidos. Vide abaixo a movimentação do exercício:

<u>Ativo de arrendamento</u>	Consolidado		
	<u>Equipamentos</u>	<u>Imóveis</u>	<u>Total</u>
Saldo em 1º de Janeiro de 2019	<u>736.043</u>	<u>3.325</u>	<u>739.368</u>
Amortização em 2019	(163.859)	(610)	(164.469)
Adições e exclusões de contratos em 2019	37.062	(486)	36.576
Atualização encargos financeiros em 2019	57.565	489	58.054
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (Corrigido)	<u>666.811</u>	<u>2.718</u>	<u>669.529</u>
Amortização	(180.538)	(609)	(181.147)
Adições e exclusões de contratos	<u>(90.158)</u>	<u>-</u>	<u>(90.158)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>396.115</u>	<u>2.109</u>	<u>398.224</u>

ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

<u>Passivo de arrendamento</u>	Consolidado		
	<u>Arrendamentos a pagar</u>	<u>AVP</u>	<u>Total</u>
Saldo em 1º de Janeiro de 2019	899.261	(128.621)	770.640
Pagamentos	(187.622)	-	(187.622)
Reconhecimento AVP ("accretion")	-	63.864	63.864
Adições de contratos	156.436	(93.092)	63.344
Variação cambial de arrendamentos	33.554	-	33.554
Variação cambial AVP	-	(2.611)	(2.611)
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (Corrigido)	<u>901.629</u>	<u>(160.460)</u>	<u>741.169</u>
Pagamentos	(319.816)	-	(319.816)
Baixas de contratos	(149.657)	-	(149.657)
Variação cambial de arrendamentos	284.170	-	284.170
Variação cambial AVP	-	(56.273)	(56.273)
Reconhecimento AVP ("accrediton")	-	62.618	62.618
Outros	-	2.764	2.764
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>716.325</u>	<u>(151.349)</u>	<u>564.976</u>

Crédito PIS e COFINS:

	Consolidado	
	31/12/2020	
	<u>Valor nominal</u>	<u>Ajustado a valor presente</u>
Contraprestação do arrendamento	789.338	(166.775)
Pis/Cofins Potencial 9,25%	(73.014)	15.427
	Consolidado	
	31/12/2019	
	<u>Valor nominal</u>	<u>Ajustado a valor presente</u>
Contraprestação do arrendamento	993.403	(176.857)
Pis/Cofins Potencial 9,25%	(91.890)	16.359

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Destinam-se, principalmente, a investimentos em projetos de avaliação, exploração e desenvolvimento de reservas de petróleo e gás natural.

	31/12/2020	31/12/2019	Encargos	Consolidado	
				Forma de pagamento – juros	Vencimento
<u>Moeda nacional</u>					
BNB - Banco do Nordeste (a)	<u>117.533</u>	<u>116.167</u>	4,71% a.a. + bônus de adimplência de 15%	Mensal	Até Set/2026
FINEP- Financiadora de Estudos e Projetos: Subcrédito A	47.210	64.756	Subcrédito A: 3,5% a.a	Mensal	Até Set/2023
Subcrédito B	<u>53.056</u>	<u>72.000</u>	Subcrédito B: TJLP + (5% a.a - 6,5% a.a) (a)	Mensal	Até Set/2023
	<u>100.266</u>	<u>136.756</u>			
Total	<u>217.799</u>	<u>252.924</u>			
Circulante	<u>56.054</u>	<u>47.149</u>			
Não circulante	<u>161.745</u>	<u>205.775</u>			
Total consolidado – Saldo bruto (b)	<u>217.799</u>	<u>252.924</u>			
Custo do empréstimo Finep	<u>(726)</u>	<u>(990)</u>			
Saldo consolidado líquido	<u>217.073</u>	<u>251.934</u>			

Em dezembro de 2020 a TJLP foi de 4,55% a.a. (5,57% a.a em dezembro de 2019).

- (a) Sobre o principal da dívida referente ao Subcrédito A incidirão juros compostos de 3,5% ao ano, *pro rata tempore*.

Sobre o principal da dívida referente ao Subcrédito B incidirão juros compostos de TJLP acrescidos de 5% ao ano a título de spread, reduzidos por equalização equivalente a 6,5% ao ano.

- (b) Saldo não inclui o custo de captação do empréstimo no valor de R\$726 em 31 de dezembro de 2020 (R\$990 em 31 de dezembro de 2019). Este valor é retido no momento da liberação do crédito.

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

Saldo bruto do custo de empréstimo 1º de janeiro de 2019	<u>291.079</u>
(+) Adições de juros	13.379
(-) Amortização de principal	(38.344)
(-) Amortização de juros	<u>(13.190)</u>
Saldo bruto do custo de empréstimo	<u>252.924</u>
(-) Custo do empréstimo Finep	<u>(990)</u>
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	<u>251.934</u>
Saldo bruto do custo de empréstimo 1º de janeiro de 2020	<u>252.924</u>
(+) Adições de juros	10.952
(-) Amortização de principal	(39.003)
(-) Amortização de juros	<u>(7.074)</u>
Saldo bruto do custo de empréstimo	<u>217.799</u>
(-) Custo do empréstimo FINEP	<u>(726)</u>
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	<u>217.073</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Em 6 de abril de 2020, o Banco Central do Brasil emitiu a Resolução nº 4.798 suspendendo por até 12 (doze) meses o pagamento das parcelas vencidas e vincendas até 31 de dezembro de 2020 das linhas de crédito especial com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte e (“FNO”), do Nordeste (“FNE”) e do Centro-Oeste (“FCO”), com eventual acréscimo ao vencimento final da operação, para as operações não rurais, adimplentes ou com atraso de até 90 (noventa) dias na data da publicação desta Resolução.

Os vencimentos da parcela não circulante dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados como segue:

<u>Vencimentos</u>	<u>31/12/2020</u>
2022	53.570
2023	44.525
2024 a 2026	<u>63.650</u>
Total	<u>161.745</u>

De acordo com os termos do contrato da Finep, o principal da dívida deve ser pago em 85 prestações mensais e sucessivas. O vencimento da primeira prestação ocorreu em 15 de setembro de 2016 e as demais em igual dia dos meses subsequentes, ocorrendo a última em 15 de setembro de 2023. O contrato não possui cláusulas que exigem o atendimento a covenants financeiros. O empréstimo é garantido através de aval corporativo pela Companhia.

De acordo com os termos do contrato do BNB, o principal da dívida deve ser pago em 84 prestações mensais e sucessivas. O vencimento da primeira prestação ocorreu em 20 de outubro de 2019 e as demais em meses subsequentes, ocorrendo a última em 29 de setembro de 2026. O contrato não possui cláusulas que exigem o atendimento a covenants financeiros. Durante todo tempo do contrato a Companhia manterá pelo menos três prestações mensais desta operação, compreendendo principal e encargos, tomada como referência mínima a maior prestação devida, em conta reserva (nota explicativa 10). Caso os três projetos envolvidos na dívida BNB sejam descontinuados e devolvidos à ANP, o contrato prevê a aceleração da amortização desta dívida em, no mínimo, 24 parcelas mensais, sendo que a última parcela não poderá ultrapassar setembro de 2022.

Em dezembro de 2020 a Companhia substituiu a garantia do Banco Citibank pelo Banco Daycoval por ter uma menor fiança cobrada a Companhia. Em Janeiro de 2021 esta fiança foi excluída do Banco Citibank.

17. PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Administração, consubstanciada na opinião de seus assessores legais externos e/ou nos termos dos contratos de consórcio relevantes, com base na opinião do Operador do Bloco respectivo (este como responsável por acompanhamento da demanda judicial), concluiu que não existem processos prováveis de perda para a Companhia e suas controladas. Consequentemente, nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2020 e 2019.

17.1. Processos judiciais não provisionados

Os processos considerados como de perda possível que não foram provisionados nas demonstrações financeiras, encontram-se apresentados abaixo e os valores informados estão atualizados até 31 de dezembro de 2020.

Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos ("INEMA")

A Execução Fiscal nº 0087249-25.2010.805.0001, decorrente da multa aplicada no Auto de Infração nº 2006-007365/TEC/AIMU-0343, lavrado em 22 de novembro de 2006. A infração refere-se ao descumprimento de condicionante determinada pelo Instituto do Meio Ambiente ("IMA"), resultando no assoreamento de córregos e erosão, quando da instalação do gasoduto entre os municípios de Guaibin e São Francisco do Conde, cuja multa, atualizada, é de R\$575 (participação da Enauta).

O auto de infração nº 2009-014426/TEC/AIMU0265 foi lavrado em razão do descumprimento da condicionante 1 e cumprimento parcial das condicionantes 2, 6 e 7 da estabelecidas pelo IMA em Portaria RA 8050 de 30 de março de 2007 com vistas a obter a licença ambiental para construir gasoduto. A contingência atualizada tem valor de R\$155 (participação da Enauta).

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ("IBAMA")

O processo administrativo nº 02006.001664/2007-46 foi aberto em razão da lavratura do Auto de Infração nº 409516-D instaurado pelo IBAMA em 2007. Trata-se de ação decorrente do arraste de gasoduto do Campo de Manati sobre a região denominada Laje do Machadinho (BA), fato este que teria causando danos ambientais no local. A contingência atualizada tem valor de R\$10.207 (participação da Enauta).

Secretaria de Fazenda do Estado da Bahia – Superintendência de Administração Tributária ("SAT")

O auto de infração nº 206983.0004/15-5 foi lavrado pela Superintendência de Administração Tributária da SEFAZ/BA, em razão do suposto cometimento das seguintes infrações: (i) utilização indevida de crédito fiscal de ICMS referente a mercadorias adquiridas para integrar o ativo permanente do estabelecimento; (ii) utilização indevida de crédito fiscal de ICMS referente a aquisição de material para uso e consumo do estabelecimento; (iii) utilização

indevida de crédito fiscal de ICMS referente a mercadoria(s) adquirida(s) com pagamento de imposto por substituição tributária; e (iv) omissão na prestação de informações relacionadas a lançamentos efetuados na EFD. A contingência atualizada tem valor de R\$3.087 (participação da Enauta).

ICMS

Aproveitamento de crédito de ICMS nas aquisições de mercadorias (combustíveis) como insumos para as embarcações afretadas no exercício de 2007 a 2009. A questão envolve processos em fase administrativa, em que a Companhia está verificando a assertividade do valor e acompanhando as defesas e estratégias sob responsabilidade do operador, Petrobras. No tocante à participação da Enauta, os valores em discussão, montam aproximadamente R\$6.596.

IRRF, PIS, COFINS e CIDE sobre afretamento

Não recolhimento de impostos e contribuições sobre remessas ao exterior para o pagamento de afretamento no exercício de 2008 a 2013. Nos exercícios de 2008 e 2009 referem-se ao não recolhimento de IRRF e CIDE. Já nos anos de 2010 a 2013 referem-se ao não recolhimento de IRRF, CIDE, PIS e COFINS. A questão envolve processos em fase administrativa, onde a Companhia está acompanhando as defesas e estratégias sob responsabilidade do operador, Petrobras. Em relação ao IRRF, o Operador optou pelo pagamento especial previsto na Lei Federal nº 13.586/2017, artigo 3º, o que resultou na obrigatória desistência (parcial) dos processos que tinham por objeto os débitos deste imposto, conforme descrito na nota explicativa 10.2 (f). Os processos permanecem em trâmite para discutir os recolhimentos de PIS, COFINS e CIDE. Com relação à participação da Enauta, os valores que permanecem em discussão referentes aos afretamentos realizados de 2008 a 2013, montam aproximadamente a R\$61.993 (participação Enauta).

17.2. Processos judiciais – recuperação de tributos

Exclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições para o PIS e para a COFINS

Em 2014 a controlada Enauta Energia entrou com ação judicial questionando a constitucionalidade da inclusão do ICMS nas bases de cálculo das contribuições para o PIS e para a COFINS e pleiteando a restituição do valor recolhido.

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento, na sistemática de repercussão geral, do leading case da matéria (RE 574.706), com decisão favorável aos contribuintes, a fim de garantir os direitos de exclusão do ICMS das bases de cálculo das contribuições para o PIS e para a COFINS.

Em 2018, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) julgou favorável os argumentos apresentados pela controlada Enauta Energia na Ação Declaratória nº 0182458-25.2014.4.02.5101, ajuizada para questionar a constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições para o PIS e para a COFINS e para requerer a restituição dos valores

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

recolhidos a partir de dezembro de 2009 e, com base nesta decisão, na do STF e nas opiniões legais dos consultores jurídicos, deixou de incluir o ICMS nas bases de cálculo das contribuições para o PIS e para a COFINS a partir deste período.

Em 26 de junho de 2020 transitou em julgado a decisão favorável proferida pelo TRF2 nos autos da ação declaratória referida acima. Como resultado desta decisão, foi reconhecido em 30 de junho de 2020 o valor de R\$57.100 como impostos a recuperar em contrapartida do resultado do exercício.

Embora a questão do mérito tenha sido resolvida, permanece pendente de julgamento no STF os embargos de declaração opostos pela União Federal no leading case da matéria (RE 574.706), na sistemática de repercussão geral, onde ainda será definido pelo STF o critério a ser utilizado para fins de restituição (o valor do ICMS destacado na nota fiscal ou o ICMS efetivamente pago, após apuração – confronto entre entrada/créditos e saídas/débitos). Por tal motivo, em linha com o CPC 25/IAS 37 e as orientações da OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 01/2021, a Companhia reconheceu os seus créditos fiscais, considerando o disposto na Solução Consulta Interna Cosit (SCI) 13/2018, onde a Receita Federal expressa que o ICMS a ser recuperado é o ICMS a pagar, líquido dos créditos. Este critério permitiu o reconhecimento do direito e a mensuração confiável do valor a ser restituído.

A Companhia destaca ainda que em setembro de 2020, devido ao trânsito de julgado da decisão proferida em sua ação declaratória, foi levantado o valor de R\$ 6 milhões que havia sido depositado judicialmente por um pequeno período ao longo do referido processo.

A recuperação dos valores indevidamente recolhidos desde 2009 pela Enauta Energia ocorrerá via execução de sentença (precatório judicial).

18. PROVISÃO PARA ABANDONO

As estimativas dos custos com abandono foram revisadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, conforme notas explicativas 2.10 e 3.2.5. Nesse sentido, a provisão constituída reflete a revisão das estimativas dos gastos a serem incorridos, incluindo e não limitados, a: (i) tamponamento dos poços; e (ii) remoção das linhas e dos equipamentos de produção, e (iii) outros custos inerentes.

Os custos com abandono foram projetados com base em uma inflação média da indústria de 1,41% ao ano (em dólares norte-americanos) até a data esperado do efetivo abandono, e foram trazidos a valor presente por uma taxa livre de risco em dólares norte-americanos, para ativos brasileiros, de 3,07% ao ano.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação da provisão para abandono nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é como segue:

	Campos		Consolidado
	Manati	Atlanta	
Saldo em 1º de janeiro de 2019	158.062	<u>50.937</u>	<u>208.999</u>
Adição de provisão	-	23.128	(a) 23.128
Atualização	8.472	4.875	13.346
Ajuste a valor presente	<u>23.923</u>	<u>11.545</u>	<u>35.468</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>190.457</u>	<u>90.485</u>	<u>280.942</u>
Adição de provisão	-	133.277	<u>133.277</u>
Atualização	63.360	35.882	<u>99.242</u>
Ajuste a valor presente	<u>6.511</u>	<u>(34.406)</u>	<u>(27.895)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>260.328</u>	<u>225.838</u>	<u>485.566</u>

(a) Refere-se ao 3º poço de campo de Atlanta, com início da produção em 21 de junho de 2019.

A Companhia, juntamente com seus parceiros, reavalia anualmente as estimativas de provisão de abandono de seus campos

A análise reflete a revisão prospectiva dos principais gastos de abandono à luz das novas tecnologias existentes e do novo patamar de custos dos prestadores de serviço para a indústria de óleo e gás.

19. OBRIGAÇÕES DE CONSÓRCIOS

	Consolidado	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
PEM a pagar	<u>65.246</u>	<u>57.922</u>
Total	<u>65.246</u>	<u>57.922</u>
Circulante	<u>7.324</u>	=
Não circulante	<u>57.922</u>	<u>57.922</u>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o valor de R\$57.922 refere-se a adiantamentos de PEM (Programa exploratório mínimo) recebidos dos sócios dos blocos PAMA-M-265, PAMA-M-337 e FZA-90. Estes blocos estão com contrato suspenso temporariamente em razão do aguardo do IBAMA com o licenciamento ambiental não sendo aplicável desta forma a atualização das garantias.

Em 31 de dezembro de 2020, o valor de R\$7.324 refere-se ao PEM do bloco BM-CAL-12 baixado pela Companhia (nota 22).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado	
	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Receita operacional bruta	<u>1.006.192</u>	<u>1.200.853</u>
PIS	(5.055)	(7.143)
COFINS	(23.286)	(32.901)
ICMS	(40.506)	(56.918)
Créditos presumidos ICMS (*)	8.102	11.383
Descontos contratuais	=	<u>(3.604)</u>
Total de deduções	<u>(60.745)</u>	<u>(89.183)</u>
Receita operacional líquida	<u>945.446</u>	<u>1.111.670</u>

(*) Benefício fiscal de ICMS, conforme nota explicativa 2.18.2 - Reserva de incentivos fiscais.

21. CUSTOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

21.1. Custos

	Consolidado	
	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
		(Corrigido)
Custos de extração	(111.046)	(235.726)
Royalties e participação especial	(62.650)	(87.952)
Pesquisa e desenvolvimento	(1.026)	(2.076)
Amortizações e depreciações	<u>(465.192)</u>	<u>(425.432)</u>
Total	<u>(639.914)</u>	<u>(751.186)</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

21.2. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
				(Corrigido)
Pessoal	(4.232)	(4.309)	(78,249)	(77,783)
Serviços contratados de terceiros	(1.329)	(858)	(25.287)	(15.640)
Seguros	-	-	(602)	(462)
Impostos e taxas	(222)	(243)	(1.385)	(128)
Anúncios e publicações	(389)	(327)	(1.030)	(1.865)
Serviços compartilhados	-	-	127	(75)
Amortizações e depreciações	-	-	(1.815)	(1.870)
Manutenção	-	-	(3.527)	(3.989)
Locação	-	-	(753)	(757)
Outras despesas	(8)	(38)	(5.032)	(6.821)
Alocação de projetos E&P (a)	-	-	48.337	50.928
Total	<u>(6.180)</u>	<u>(5.775)</u>	<u>(69,216)</u>	<u>(58,462)</u>

(a) Rateio de despesas relacionadas aos blocos operados pela Enauta, relacionado aos seus parceiros não operadores.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22. GASTOS EXPLORATÓRIOS PARA A EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS

	Consolidado	
	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Baixa de blocos (a)	(8.234)	(894)
Aquisição / processamento de sísmica	(1.150)	(7.554)
Gastos com geologia e geofísica	(347)	(1.099)
Despesas gerais e administrativas	(10.971)	(9.345)
Penalidades contratuais (b)	(6.112)	(26.413)
Segurança, meio-ambiente e saúde	(639)	(1.012)
Serviços de perfuração	(38.370)	(31.472)
Outros	(4.288)	(3.942)
Total	<u>(70.111)</u>	<u>(81.731)</u>

- (a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, montante de R\$7.896 refere-se a baixa do campo CAL-M-372 (bloco BM-CAL-12) devido a inviabilidade da continuidade do projeto, montante de R\$223 refere-se a gastos remanescentes dos campos de Camarão Norte (bloco BCAM-40) devolvido em 26 de outubro de 2018 a ANP e o valor de R\$115 refere-se a gastos remanescentes do campo de Oliva (bloco BS-4) devolvido em 12 de setembro de 2019 a ANP.
- (b) Por meio de Ofícios da ANP, as companhias consorciadas nos blocos exploratórios BM-CAL-5 e BM-S-76 tomaram conhecimento de multas a título de penalização por não cumprimento dos valores acordados em contrato de concessão referente a conteúdo local e desta forma foram provisionadas. O operador dos consórcios apresentará defesa administrativa junto à ANP no devido prazo legal. Tal defesa contempla, dentre outros pontos, a suspensão desse processo, diante da possibilidade de realização de um Termo de Ajustamento de Conduta ("TAC").

Com as informações acima, a Enauta Energia provisionou no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 o valor de R\$26.413 referente a sua participação nas multas (22,46% - BM-CAL-5 e 20% - BM-S-76). No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia registrou o montante de R\$6.112 referente a atualização monetária do valor contabilizado em 2019 e está aguardando a finalização do processo administrativo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

23. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	Consolidado	
	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Alteração de participação acionária (a)	120.982	-
Exclusão ICMS da Base de PIS/COFINS (b)	39.758	-
Multas (c)	(9.125)	-
Despesas tributárias	(4.623)	(2.691)
Outros	465	15
Total	<u>147.459</u>	<u>(2.676)</u>

- (a) Os 20% adicionais das ações da AFBV foram reconhecidos contabilmente pela QGEP BV (nota explicativa 12) em maio de 2020 pelo valor de US\$29.900 (R\$120.982) conforme previsto no CPC 46 (IFRS 13).
- (b) Em 31 de dezembro de 2020, valor de refere-se a valor principal de contabilização de causa do ICMS (nota explicativa 17).
- (c) Entre fevereiro de 2020 e maio de 2020, foram exportados três navios tipo Suezmax do óleo de Atlanta com destino final para a Ásia, que por problemas na produção, devido ao comissionamento dos equipamentos de tratamento de água no FPSO Petrojal I, ficaram fora das especificações acordadas (BSW - teor de água e salinidade). Prática normal do mercado internacional, os custos adicionais de tratamentos em tancagens ou aumento de tempo para processar este óleo incorridos pelo comprador são cobrados do vendedor através dos chamados *claims*. Negociações comerciais que se iniciaram com valores estimados e foram posteriormente suportadas por vasta documentação probatória destes custos estão sendo mantidas, gerando o valor de um *claim* estimado de R\$9.478 (equivalente a US\$1,680 mil), referente a participação da Enauta no campo de Atlanta que foram integralmente provisionados em 31 de dezembro de 2020.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

24. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019 (Corrigido)
Rendimento aplicações financeiras (a)	131	1.365	79.335	117.400
Outras receitas e despesas financeiras	<u>(1.792)</u>	<u>(9.326)</u>	<u>(257.255)</u>	<u>(136.775)</u>
PIS sobre receitas financeiras	(314)	(1.659)	(1.029)	(2.583)
COFINS sobre receitas financeiras	(1.450)	(7.656)	(5.840)	(13.339)
Juros do passivo do direito de uso - IFRS 16	-	-	(62.618)	(94.806)
Atualização sobre créditos tributários (b)	8	36	23.338	1.686
Variações cambiais ativa	-	5	90.877	15.037
Variações cambiais passiva	(7)	(6)	(277.164)	(18.048)
Derivativo – call option	-	-	(2.321)	-
Outros	<u>(29)</u>	<u>(46)</u>	<u>(22.498)</u>	<u>(24.722)</u>
Total	<u>(1.661)</u>	<u>(7.961)</u>	<u>(177.920)</u>	<u>(19.374)</u>

- (a) Refletem receitas financeiras tais como remuneração da taxa CDI para títulos privados, remuneração da variação da taxa Selic para títulos públicos e variação da moeda corrente norte americana para fundo cambial no primeiro trimestre do ano anterior.
- (b) Em 31 de dezembro de 2020, valor de refere-se a atualização de juros sobre valor principal de contabilização de causa do ICMS (nota explicativa 17).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

25. INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS

a) Direitos e compromissos com a ANP

O Grupo possui a concessão de direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural nos seguintes blocos:

Fase	Bacia	Bloco/ Campo	Data de concessão	Participação	%
Produção e desenvolvimento	Camamu Almada	Manati (BCAM-40)	06/08/1998	Petrobras (operador)	35
				Enauta Energia	45
				Geopark	10
				Brasoil	10
Exploração	Santos	Atlanta (BS-4)	06/08/1998	Barra Energia Enauta Energia (operador)	50 50
	Camamu - Almada	CAL-M-372	24/11/2004	Petrobras (operador) Enauta Energia OP Energia	60 20 20
	Foz do Amazonas	FZA-M-90	30/08/2013	Enauta Energia (operador)	100
	Pará- Maranhão	PAMA-M-265	30/08/2013	Enauta Energia (operador)	100
	Pará- Maranhão	PAMA-M-337	30/08/2013	Enauta Energia (operador)	100
	Ceará	CE-M-661	30/08/2013	Enauta Energia Total (operador) Premier	25 45 30
	Espírito Santo	ES-M-598	30/08/2013	Enauta Energia Statoil Brasil (operador) Petrobras	20 40 40
	Espírito Santo	ES-M-673	30/08/2013	Enauta Energia Statoil Brasil (operador) Petrobras	20 40 40
	Sergipe - Alagoas	SEAL-M-351	23/12/2015	Enauta Energia ExxonMobil Exploração Brasil Ltda (operador) Murphy Brazil Exploração e Produção de Petróleo e Gás Ltda	30 50 20
	Sergipe - Alagoas	SEAL-M-428	23/12/2015	Enauta Energia ExxonMobil Exploração Brasil Ltda (operador) Murphy Brazil Exploração e Produção de Petróleo e Gás Ltda	30 50 20
	Sergipe - Alagoas	SEAL-M-501	29/01/2018	Enauta Energia ExxonMobil Exploração Brasil Ltda (operador) Murphy Brazil Exploração e Produção de Petróleo e Gás Ltda	30 50 20
	Sergipe - Alagoas	SEAL-M-503	29/01/2018	Enauta Energia ExxonMobil Exploração Brasil Ltda (operador) Murphy Brazil Exploração e Produção de Petróleo e Gás Ltda	30 50 20
	Sergipe - Alagoas	SEAL-M-430	07/11/2018	Enauta Energia ExxonMobil Exploração Brasil Ltda (operador)	30 50 20

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Fase	Bacia	Bloco/ Campo	Data de concessão	Participação	%
				Murphy Brazil Exploração e Produção de Petróleo e Gás Ltda	
	Sergipe - Alagoas	SEAL-M-573	07/11/2018	Enauta Energia ExxonMobil Exploração Brasil Ltda (operador) Murphy Brazil Exploração e Produção de Petróleo e Gás Ltda	30 50 20
	Sergipe - Alagoas	SEAL-M-505	14/02/2020	Enauta Energia ExxonMobil Exploração Brasil Ltda (operador) Murphy Brazil Exploração e Produção de Petróleo e Gás Ltda	30 50 20
	Sergipe - Alagoas	SEAL-M-575	14/02/2020	Enauta Energia ExxonMobil Exploração Brasil Ltda (operador) Murphy Brazil Exploração e Produção de Petróleo e Gás Ltda	30 50 20
	Sergipe - Alagoas	SEAL-M-637	14/02/2020	Enauta Energia ExxonMobil Exploração Brasil Ltda (operador) Murphy Brazil Exploração e Produção de Petróleo e Gás Ltda	30 50 20
	Paraná	PAR-T-196	(*)	Eneva (operador) Enauta Energia	70 30
	Paraná	PAR-T-215	(*)	Eneva (operador) Enauta Energia	70 30
	Paraná	PAR-T-86	(*)	Eneva (operador) Enauta Energia	70 30
	Paraná	PAR-T-99	(*)	Eneva (operador) Enauta Energia	70 30

(*) Aguardando homologação da aquisição por parte da ANP (nota 1).

Os prazos de concessão dos direitos nestes blocos são de 27 anos a partir da data da declaração de comercialidade. Na fase exploratória os prazos são definidos no respectivo contrato de concessão.

O quadro a seguir demonstra os compromissos assumidos pelo Grupo em função de seu atual portfólio de participações em projetos de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural do Grupo:

Bloco/campo	Garantia para o PEM (% Enauta) MM R\$	Ano do contrato	Bônus de assinatura (%Enauta) R\$ mil	Área km ²	Royalties	Taxa de retenção de área por km ² (Valores em Reais)		
						Exploração	Desenvolvimento	Produção
Manati	-	2000	-	75,650	7,5%	100	200	1.000,00
CAL-M-372	7,3	2004	562	745,031	10%	239	478	2.390,00
FZA-M-90	108,3	2013	18.945	768,500	10%	63,66	127,32	636,60
PAMA-M-265	1,4	2013	3.020	766,300	10%	218,91	437,82	2189,10
PAMA-M-337	108,4	2013	35.206	769,300	10%	218,91	437,82	2189,10
CE-M-661	27,0	2013	10.116	760,900	10%	656,73	1313,46	6567,3
ES-M-598	40,7	2013	14.182	769,300	10%	95,49	190,98	954,90
ES-M-673	5,2	2013	12.562	507,2	10%	95,49	190,98	954,9
Atlanta (BS-4)	-	1998	-	199,6	7,8%	200	400	2.000,00
SEAL-M-351	-	2015	19.158	756,86	10%	875,73	1.751,46	8.757,30
SEAL-M-428	-	2015	10.843	746,24	10%	875,73	1.741,46	8.757,30
SEAL-M-501	-	2018	18.847	753,799	10%	1.668,11	3.336,22	16.681,11

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

SEAL-M-503	9,1	2018	14.136	754,598	10%	278,02	556,03	2.780,17
SEAL-M-430	9,1	2018	1.089	755,236	10%	205,36	410,72	1.848,24
SEAL-M-573	5,3	2018	1.089	755,946	10%	205,36	410,72	1.848,24
SEAL-M-505	2,8	2020	810	754,598	10%	752,1	1.504,2	6.768,9
SEAL-M-575	2,7	2020	933	753,946	10%	752,1	1.504,2	6.768,9
SEAL-M-637	3,2	2020	612	753,279	10%	752,1	1.504,2	6.768,9
Total			<u>330,5</u>	<u>162.110</u>				

Nos blocos adquiridos na Rodada 11 há o compromisso de perfuração de poço nos blocos FZA-M-90, CE-M-661, PAMA-M-337 e ES-M-598, com as operações de perfuração previstas para serem realizadas a partir de 2022.

Nos blocos adquiridos nas Rodadas 13, 14, 15 e no Primeiro Ciclo da Rodada Permanente, não há o compromisso de perfuração de poço. (Blocos: SEAL-M-351, SEAL-M-428, SEAL-M-430, SEAL-M-501, SEAL-M-503 e SEAL-M-573, SEAL-M-505, SEAL-M-575 e SEAL-M-637).

A controlada Enauta detém 45% do campo de Manati, que iniciou sua produção em janeiro de 2007 e possui compromisso de abandono de suas instalações. Em 14 de agosto de 2020, a Enauta Energia celebrou contrato de alienação da totalidade de sua participação (45%) no campo de Manati para a Gas Bridge S.A. (nota 1).

Os seguintes pagamentos de participações governamentais e de terceiros estão previstos para a Enauta:

- Royalties – O preço de referência do petróleo, a partir de janeiro de 2018, é regulamentado pela Portaria da ANP nº 703/2017, e é apurado com base nas características físico-químicas e comerciais da corrente de petróleo a que cada área estiver vinculada. O valor é divulgado mensalmente pela ANP. Já o preço de referência do gás natural é regido sob as normas da Resolução da ANP nº 40/2009 que determina que nos casos em que a exploração comercial do campo ocorrer sob a forma de consórcio, o preço será calculado a partir da média ponderada dos preços de venda do gás natural pelos volumes comercializados. Para Manati, os valores são recolhidos a 7,5% do valor de referência (condensado) e da média ponderada da venda (gás natural), desde o início da produção da área de concessão. Em relação a Atlanta, o recolhimento corresponde a 7,8% do valor de referência tanto para o óleo vendido quanto para o gás consumido. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram provisionados R\$62.480 (R\$55.598 em 31 de dezembro de 2019) de royalties referentes à produção do campo Manati e BS-4 em 2019, dos quais R\$2.964 (R\$10.790 em 31 de dezembro de 2019) permanecem no passivo a pagar naquela data. Esses gastos estão registrados na demonstração do resultado como custos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- Participação especial - A participação especial prevista no inciso III do artigo 45 da Lei Federal nº 9.478, de 1997 constitui compensação financeira extraordinária devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural, nos casos de grande volume de produção ou de grande rentabilidade, conforme os critérios definidos no Decreto Federal nº 2705/1998, e será paga, com relação a cada campo de uma dada área de concessão, a partir do trimestre em que ocorrer a data de início da respectiva produção. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi registrado valor de R\$173 de participação especial na demonstração do resultado (R\$907 em 31 de dezembro de 2019) como custos e no balanço patrimonial (R\$1.401 em 31 de dezembro de 2019).
- Pagamento pela ocupação ou retenção da área de concessão - Na fase de exploração, desenvolvimento e produção foi provisionado o montante de R\$2.729 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, registrado na demonstração do resultado como custos operacionais e custos exploratórios (R\$1.739 em 31 de dezembro de 2019).

b) Informações sobre as reservas

As reservas provadas de gás e óleo da controlada Enauta foram apresentadas de acordo com os conceitos definidos pela Petroleum Resources Management System ("PRMS"), o qual foi aprovado pela Society of Petroleum Engineers, World Petroleum Council, American Association of Petroleum Geologists e a Society of Petroleum Evaluation Engineers em março de 2007 e revisado em junho de 2018.

Estas reservas correspondem às quantidades estimadas de gás e óleo que pela análise dos dados geológicos e de engenharia de reservatórios, podem ser estimados com razoável certeza, sob condições econômicas definidas, métodos de operação estabelecidos e sob as condições regulatórias vigentes.

A estimativa de reservas possui incertezas que são ressalvadas pelas próprias certificadoras, e, assim sendo, alterações podem ocorrer à medida que se amplia o conhecimento, a partir da aquisição de novas informações.

A reserva de gás estimada para o campo de Manati está apresentada conforme abaixo:

	Volume total de gás (MMm ³) (*)
Reserva Provada de 100% da participação em 31 de dezembro de 2019	4.010
(**)	
Produção em 2020	(871)

Reserva Provada de 100% da participação em 31 de dezembro de 2020	<u>3.139</u>
---	--------------

A reserva de óleo estimada para o campo de Atlanta está apresentada conforme abaixo:

	Volume total de óleo (MMbbl) (*)
Reserva Provada de 100% da participação em 31 de dezembro de 2019	<u>16,4</u>
(**)	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Produção em 2020	<u>(6,3)</u>
Reserva Provada de 100% da participação em 31 de dezembro de 2020	<u>10,1</u>

(*) não revisado pelos auditores independentes

(**) conforme relatório Gaffney, Cline & Associates - GCA

c) Garantias

Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo possui garantias, através de seguro garantia cujo a beneficiária é a ANP no total de R\$330.668 (R\$427.185 em 31 de dezembro de 2019). Essas garantias compreendem os objetos de Programas Exploratórios Mínimos previstos nos contratos de concessão das áreas de exploração (R\$336.751 em 31 de dezembro de 2019). Em 31 de dezembro de 2019, o Grupo possuía também garantias para o desenvolvimento do Campo de Atlanta no montante de R\$90.434.

26. COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo possuía compromissos contratados para fornecimento e operação de materiais e equipamentos, incluindo arrendamento de embarcações, bem como compromissos junto a prestadores de serviços de consultoria técnica, com vencimentos diversos, para a campanha exploratória e de desenvolvimento conforme o seguinte cronograma financeiro:

	Consolidado (*)		
	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u> <u>em diante</u>
Total de compromissos	<u>264.391</u>	<u>180.573</u>	<u>52.962</u>

(*) Este montante representa a participação da Enauta nos consórcios por ela operados.

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais

Os instrumentos financeiros da Companhia são caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, caixa restrito, contas a receber, fornecedores, contas a receber e a pagar, partes relacionadas e empréstimos e financiamentos e opções de venda de óleo.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação, reafirmando assim o seu compromisso com a política conservadora de gestão de caixa, seja em relação ao seu passivo financeiro, seja para com a sua posição de caixa e equivalentes de caixa.

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos de Mercado aprovada pelo Conselho de Administração, que visa mitigar eventos que possam afetar adversamente sua geração de caixa e flexibilidade financeira.

Seguindo a política mencionada acima a Administração da Companhia possuía opção de venda de parte de sua produção de petróleo estimada como firme para os próximos 6 meses equivalente a 600 mil barris, a um valor de US\$40 por barril. O custo médio da compra destas opções de venda (PUT asiática trimestral) foi de US\$3,7 por barril.

<u>Janela de exercício</u>	<u>Opções de venda</u>
01/01/2021 a 31/03/2021	400.000
01/04/2021 a 30/06/2021	<u>200.000</u>
	<u>600.000</u>

A Companhia optou por designar para hedge accounting de fluxo de caixa as opções de venda, uma vez que a administração entende que a adoção do hedge accounting de fluxo de caixa faz com que os efeitos contábeis reflitam melhor a estratégia de gestão dos riscos de mercado estabelecidos pela companhia.

O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi impactado positivamente em R\$5.500, resultado do exercício da opção de venda de 100 mil barris a um preço de US\$57 por barril.

Pelas métricas de contabilidade de hedge adotadas pela Companhia, este valor foi reconhecido na linha de receita operacional, juntamente com o prêmio das opções vencidas no trimestre, no valor de R\$5.900, gerando um impacto líquido negativo na receita de R\$400.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Categoria dos instrumentos financeiros

	31/12/2020			
	Controladora		Consolidado	
	Valor <u>contábil</u>	Valor <u>justo</u>	Valor <u>contábil</u>	Valor <u>Justo</u>
<u>Ativos financeiros</u>				
Custo amortizado				
Caixa restrito	-	-	581.748	581.748
Caixa e depósitos bancários	371	371	103.248	103.248
Contas a receber (i)	-	-	87.719	87.719
Partes relacionadas	-	-	171	171
Valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras (ii)	2.660	2.660	1.609.277	1.609.277
<u>Passivos financeiros</u>				
Custo amortizado				
Fornecedores (i)	134	134	155.478	155.478
Partes relacionadas	11.383	11.383	18.526	18.526
Empréstimos e financiamentos (ii)	-	-	232.404	217.073

	31/12/2019			
	Controladora		Consolidado	
	Valor <u>Contábil</u>	Valor <u>justo</u>	Valor <u>Contábil</u>	Valor <u>Justo</u>
<u>Ativos financeiros</u>				
Custo amortizado				
Caixa restrito	-	-	432.125	432.125
Caixa e depósitos bancários	245	245	51.278	51.278
Contas a receber (i)	-	-	233.643	233.643
Partes relacionadas	-	-	25.166	25.166
Valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras (ii)	14.004	14.004	1.653.023	1.653.023
<u>Passivos financeiros</u>				
Custo amortizado:				
Fornecedores (i)	101	101	125.201	125.201
Partes relacionadas	85.123	85.123	60.189	60.189
Empréstimos e financiamentos (ii)	-	-	251.934	251.934

O CPC 46 / IFRS 13 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas.

A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (*"non performance risk"*), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40(IFRS 7) estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de *"input"* significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 - os *"inputs"* são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia deve ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pela Companhia.

Nível 2 - Os *"inputs"* são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os *"inputs"* do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou *"inputs"* que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 - os *"inputs"* inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses *"inputs"* representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxos de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um julgamento ou estimativa significativos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores de mercado ("valor justo") estimados pela Administração foram determinados pelo nível 2 para estes instrumentos financeiros:

- (i) os valores relacionados aos saldos de contas a receber e fornecedores não possuem diferenças significativas ao seu valor justo devido ao giro de recebimento/pagamento destes saldos não ultrapassar 60 dias.
- (ii) as mensurações de valor justo são obtidas por meio de variáveis observáveis diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

c) Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, créditos aprovados para captação de empréstimos e financiamentos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais não descontados, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

	Controladora	
	<u>Até 1 ano</u>	<u>Total</u>
Fornecedores	<u>134</u>	<u>134</u>
Total	<u>134</u>	<u>134</u>

	Consolidado			
	<u>Até 1 mês</u>	<u>De 1 a 3 meses</u>	<u>Até 1 ano</u>	<u>Total</u>
Fornecedores	153.982	82	1.414	- 155.478
Partes relacionadas	-	-	18.526	- 18.526
Empréstimos e financiamentos	-	-	<u>56.054</u>	<u>161.019</u> <u>217.073</u>
Total	<u>153.982</u>	<u>82</u>	<u>75.994</u>	<u>161.019</u> <u>391.077</u>

d) Risco de crédito

O risco de crédito é minimizado pelo fato de as vendas da Companhia serem realizadas basicamente à Petrobras (100% em 31 de dezembro de 2020 e 45,7% em 31 de dezembro de 2019) e Shell (54,2% em 31 de dezembro de 2019). A Administração entende que a concentração de negócios, pelo fato de a maior parte das transações ser com apenas dois clientes, representa risco de crédito não relevante, pois historicamente não possui inadimplência ou atrasos. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não foram registradas perda com créditos junto aos clientes.

O risco de crédito nas operações com os consorciados e consórcios encontra-se descrito na nota explicativa 6.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

e) Risco de taxa de juros

A Companhia utiliza recursos captados na oferta pública inicial de ações e gerados pelas atividades operacionais e atividades de financiamento (empréstimos e financiamentos) para gerir as suas operações bem como para garantir seus investimentos e crescimento. As aplicações financeiras são substancialmente atreladas à taxa de juros CDI pós-fixada, enquanto parcela dos empréstimos e financiamentos estão atrelados à TJLP.

Análise de sensibilidade para a taxa de juros

<u>Operação</u>	<u>Saldo em 31/12/2020</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável (a)</u>	<u>Cenário I -</u>	<u>Cenário II -</u>
CDI anual em 31 de dezembro de 2020	1,90%				
Taxa anual estimada do CDI para 31 de dezembro de 2021			1,90%	1,43%	0,95%
Equivalentes de caixa e aplicações financeiras (circulante e não circulante) – efetivo		Redução do CDI	1.609.277	1.609.277	1.609.277
Equivalentes de caixa e aplicações financeiras – estimado		Redução do CDI	1.639.253	1.632.063	1.624.274
Receita estimada em 31 de dezembro de 2021			30.576	22.787	14.998
Efeito da redução na receita de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2021			-	(7.789)	(15.579)

Cenário provável da taxa de juros CDI para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2021, de acordo com o site portal de finanças do dia 19 de fevereiro de 2021.

<u>Operação</u>	<u>Saldo em 31/12/2020</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável (a)</u>	<u>Cenário I -</u>	<u>Cenário II -</u>
CDI anual em 31 de dezembro de 2020	1,90%				
Taxa anual estimada do CDI para 31 de dezembro de 2021			1,90%	1,43%	0,95%
Caixa restrito - estimado em 31 de dezembro de 2021	490,356	Redução do CDI	499.673	497.299	494.926
Receita estimada em 31 de dezembro de 2020			9.317	6.943	4.570
Efeito da redução na receita de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2021			-	(2.373)	(4.747)

Cenário provável da taxa de juros CDI para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2021, de acordo com o site da portal de finanças do dia 19 de fevereiro de 2021.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

<u>Operação</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2020</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário</u> <u>provável</u> <u>(a)</u>	<u>Cenário I -</u>	<u>Cenário II -</u>
TJLP em 31 de dezembro de 2020	4,55%				
Empréstimos e financiamentos:					
FINEP	53.056	Alta da TJLP			
Empréstimos e financiamentos:					
Taxa efetiva da TJLP para 31 de dezembro de 2021		Alta da TJLP	4,55%	5,69%	6,83%
Despesa estimada em 31 de dezembro de 2021			2.414	3.045	3.676
Empréstimos e financiamentos- estimado em 31 de dezembro de 2021			55.470	56.101	56.732
Efeito do incremento nas despesas de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2021			-	631	1.262

(a) Conforme site do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDES).

(b) Valor refere-se somente a parcela do Subcrédito B do empréstimo da FINEP.

f) Risco de taxa de câmbio

Esse risco é basicamente proveniente da redução da taxa de câmbio sobre as transações em moeda estrangeira.

Análise de sensibilidade para a taxa de câmbio

A tabela de sensibilidade abaixo diz respeito a uma desvalorização do dólar norte-americano em relação ao Real e o impacto sobre transações indexadas em dólar norte-americano contratadas pela Companhia.

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2020</u>			
		<u>Cenário provável (a)</u>		<u>Cenário</u>	
		<u>Saldo em USD</u>	<u>Saldo em R\$</u>	<u>Possível (25%)</u>	<u>Remoto (50%)</u>
Dólar efetivo em 31 de dezembro de 2020 (R\$5,1967)					
Fundo cambial – ativo	Redução do US\$	17.587	91.392	91.392	91.392
Taxa anual estimada do dólar para 31 de dezembro de 2021			5,30	3,98	2,65
Fundo cambial - estimado em 31 de dezembro de 2021			93,209	69.907	46.604
Efeito no resultado e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021			1.817	(21.485)	(44.788)
Efeito da redução na receita financeira em 31 de dezembro de 2021			-	(23.302)	(46.604)

(a) Cenário provável da taxa de câmbio para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2021, de acordo com o relatório Focus em 15 de março de 2021, emitido pelo Banco Central do Brasil.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela de sensibilidade abaixo diz respeito a uma valorização do dólar norte-americano em relação ao Real e o impacto sobre transações indexadas em dólar norte-americano nos contratos de arrendamento da Companhia.

		Consolidado			
		31/12/2020			
		Cenário provável (a)		Cenário	
		Saldo em USD	Saldo em R\$	Possível (25%)	Remoto (50%)
Dólar efetivo em 31 de dezembro de 2020 (R\$5,1967)	Risco				
<u>Operação</u>					
Contratos de arrendamentos – passivo	Aumento do US\$		562.621	562.621	562.621
Taxa anual estimada do dólar para 31 de dezembro de 2021			5,30	6,63	7,95
Contratos de arrendamento em 31 de dezembro de 2021			573.805	717.256	860.707
Efeito no resultado e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021			11.184	154.635	290.086
Efeito da redução na receita financeira em 31 de dezembro de 2021			-	143.451	286.902

(a) Cenário provável da taxa de câmbio para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2021, de acordo com o relatório Focus em 15 de março de 2021, emitido pelo Banco Central do Brasil.

g) Risco volatilidade de preço petróleo

Esses riscos são basicamente provenientes da variação dos preços do petróleo. As operações com derivativos tiveram como objetivo exclusivo a proteção dos resultados esperados de transações comerciais de curto prazo (até 12 meses).

Seguindo a Política de Gestão de Risco de Mercado da Companhia, que tem o objetivo de mitigar a exposição da Companhia a riscos da atividade de Exploração e Produção de Óleo e Gás, a Administração optou por realizar a cobertura (hedge) de uma possível redução no preço do barril.

Essa operação de hedge do preço do petróleo, montada através de compras de opções de venda, protege a Companhia com a obtenção de um preço médio de US\$40 por barril, para parte da produção do campo de Atlanta. A exposição líquida da Companhia é o prêmio pago pela opção no momento da compra. Em 31 de dezembro de 2020 os contratos oferecem cobertura para 600.000 mil barris a serem vendidos ao longo de seis meses.

A tabela de sensibilidade abaixo diz respeito a uma variação no preço do Brent e o efeito no patrimônio líquido da marcação a mercado e liquidação da opção de venda.

		Consolidado		
		31/12/2020		
		Cenário provável (a)	Cenário	
		Saldo em R\$	Possível	Remoto
Preço Brent em 31 de dezembro de 2020	Risco	51,80		
<u>Operação</u>				
<u>Hedge</u>				
Despesa estimada em 31 de dezembro de 2021	Alta do Brent		1.001	501

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Marcação a mercado e liquidação
Estimado

(6.221) (6.722)

28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

i. Capital social

O capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R\$2.078.116, dividido em 265.806.905 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, líquido do montante de R\$57.380 dos custos com emissão de ações. A composição do capital social realizado em 31 de dezembro de 2020 é a seguinte:

Acionista	Nº de ações ordinárias	% de Participação
Queiroz Galvão S.A.	167.459.291	63,0
FIP Quantum	18.606.588	7,0
Ações em circulação	76.093.218	28,6
Ações em tesouraria	3.264.525	1,2
Administradores	<u>383.283</u>	<u>0,2</u>
Total	<u>265.806.905</u>	<u>100</u>

ii. Lucro líquido por ação

O lucro líquido por ação básico é computado pela divisão do lucro líquido pela média ponderada de todas as ações em circulação no período. O cálculo do lucro por ação diluído é computado incluindo-se, quando aplicável, as opções de compra de ações de executivos e funcionários chaves usando-se o método de ações em tesouraria quando o efeito é dilutivo.

Os instrumentos de participação que serão ou poderão ser liquidados em ações da Companhia são incluídos no cálculo apenas quando sua liquidação tem um impacto de diluição sobre o lucro por ação.

	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019 (Corrigido)
<u>Lucro líquido básico por ação</u>		
Numerador:		
Lucro líquido do exercício	123.953	183.874
Denominador (em milhares de ações):		
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias	<u>262.542</u>	<u>262.227</u>
Lucro líquido básico / diluído por ação ordinária	0,47	0,70

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019 (Corrigido)
<u>Lucro líquido diluído por ação</u>		
Numerador:		
Lucro líquido do exercício	123.953	183.874
Denominador (em milhares de ações):		
Ações ordinárias em circulação	<u>262.740</u>	<u>262.227</u>
Ações diluidoras		
Lucro líquido diluído por ação ordinária	0,47	0,70

iii. Plano de outorga de opções de compra de ações

O Conselho de Administração, no âmbito de suas funções e em conformidade com o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovou a outorga de opções de ações preferenciais para administradores e executivos da Companhia. Para as outorgas de 2011 a 2016, as opções se tornarão exercíveis 20% a partir do primeiro ano, 30% adicionais a partir do segundo e 50% remanescentes a partir do terceiro ano. As opções, segundo estes Planos de 2011 a 2016, poderão ser exercidas em até 7 anos após a data da concessão.

O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando o modelo binomial de precificação no montante de R\$1,14 para o Plano de 2016, R\$1,96 para o Plano de 2015, R\$2,65 para o Plano de 2014 e R\$4,11 para o Plano de 2013, R\$5,31 e R\$3,87 para os dois Planos de 2012 e R\$9,87 para o Plano de 2011.

As reuniões do Conselho de Administração e as premissas utilizadas no modelo de precificação estão relacionadas a seguir:

	Plano 2016	Plano 2015	Plano 2014
Data da reunião do Conselho de Administração	23/02/2016	12/03/2015	24/02/2014
Total de opções concedidas e outorgadas	2.334.915	2.334.915	2.296.500
Preço de exercício da opção	R\$4,88	R\$6,36	R\$8,98
Valor justo da opção na data da concessão	R\$1,14	R\$1,96	R\$2,65
Volatilidade estimada do preço da ação	33,86%	36,96%	43,36%
Dividendo esperado	3,59%	2,47%	3,84%
Taxa de retorno livre de risco	7,25%	6,39%	6,20%
Duração da opção (em anos)	7	7	7

A movimentação das opções de ações existentes em 31 de dezembro de 2020 está apresentada a seguir:

	Opções de ações
Opções em circulação em 1º de janeiro de 2019	<u>8.115.264</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Exercício de opções no ano de 2019	<u>(754.718)</u>
Opções canceladas no ano de 2019	<u>(4.370.139)</u>
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2019	<u>2.990.407</u>
Exercício de opções no ano de 2020	<u>(314.885)</u>
Opções canceladas no ano de 2020	<u>(1.604.853)</u>
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2020	<u>1.070.669</u>

O intervalo de preços de exercício e a maturidade média das opções em circulação, assim como os intervalos de preços de exercício para as opções exercíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 estão sumariadas abaixo:

Plano	Opções em circulação			Opções exercíveis	
	Opções em circulação em dez/2020	Maturidade em anos	Preço de exercício	Opções exercíveis em dez/2020	Preço de exercício médio (*)
Plano 2016	1.089.164	7	4,88	93.915	5,66
Plano 2015	314.584	7	6,36	314.584	8,13
Plano 2014	1.640.826	7	8,98	1.640.826	12,42

(*) Atualizado anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor ("INPC").

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia registrou no patrimônio líquido, desde o início do plano de opção de ações, um resultado acumulado com remuneração baseada em ações no montante de R\$42.795, sendo R\$44.778 das outorgas dos planos de 2011 a 2016 e a contrapartida, durante o período, na demonstração de resultado como custo de pessoal. O saldo de plano de opção de ações no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R\$30.087 e R\$29.586, respectivamente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

iv. Destinação do lucro do exercício

O estatuto social da Companhia prevê a seguinte destinação do lucro do exercício, ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u> (Corrigido)
Lucro líquido do exercício	123.953	183.874
Ajuste de exercícios anteriores	(29.909)	-
Constituição da reserva legal (5%)	(4.700)	(10.773)
Dividendos mínimos obrigatórios	(1)	(2)
Dividendos adicionais propostos	(50.999)	(204.690)
Reserva de investimentos	(38.344)	-
Reserva de investimentos - reversão	-	(95.310)

A reserva de lucros para investimento foi constituída em 31 de dezembro de 2020 com base nos lucros remanescentes após as destinações para reserva legal e dividendos, a qual será submetida à aprovação na próxima Assembleia de Acionistas.

29. AÇÕES EM TESOURARIA

A Companhia autorizou o programa de recompra de ações ordinárias de sua emissão, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação com vistas à implementação do Programa de Outorga de Opção de Compra de Ações dos anos de 2011 a 2014.

<u>Plano</u>	<u>Data de autorização de recompra</u>	<u>Volume recomprado</u>
Plano 2011	24/04/2012	1.097.439
Plano 2012	9/07/2012	2.491.517
Plano 2013	6/05/2013	2.120.319
Plano 2014	24/02/2014	2.245.357

A posição das ações em tesouraria é como segue abaixo:

	<u>Ações ordinárias (*)</u>	<u>Valor - R\$mil</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2019	<u>4.334.128</u>	<u>44.139</u>
Realização de stock options em 2019	<u>(754.718)</u>	<u>(7.687)</u>

ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>3.579.410</u>	<u>36.452</u>
Realização de stock options em 2020	<u>(314.885)</u>	<u>(3.207)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>3.264.525</u>	<u>33.245</u>

(*) Quantidade de ações

Custo médio histórico na aquisição das ações em tesouraria (R\$ por ação) é de R\$ 10,18

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Valor de mercado das ações em tesouraria

O valor de mercado das ações ordinárias em tesouraria em 31 de dezembro de 2020:

Quantidade de ações em tesouraria	3.264.525
Cotação por ação na B3 (em R\$)	<u>11,85</u>
Valor de mercado	<u>38.685</u>

As ações em tesouraria são contabilizadas com base no custo de aquisição.

A quantidade de ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2020 e 2019 representa 1,2% do total de ações ordinárias emitidas pela Companhia.

30. SEGUROS

Os principais ativos ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Data de vigência</u>		<u>Importâncias</u>
	<u>Início</u>	<u>Vencimento</u>	<u>seguradas</u>
			<u>Dez -20</u>
Riscos de petróleo e operacionais	31/12/2019	30/06/2021	4.385.228
Patrimonial	21/07/2020	21/07/2021	15.976
D&O	29/03/2020	29/03/2021	140.000
Responsabilidade civil geral	21/02/2020	21/02/2021	10.392
Seguro viagem	-	-	<u>2.598</u>
Total			<u>4.554.194</u>

31. PLANO DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA

A Enauta, controlada direta, possui um plano de previdência privada, por adesão, sendo elegíveis todos os funcionários e administradores. Trata-se de um plano com contribuição definida, com valor até 12% do salário mensal por parte do funcionário, e contrapartida de até 6,5% por parte da empresa, conforme nível hierárquico. O plano é administrado pela Bradesco Vida e Previdência com dois tipos de regime de tributação, progressivo e regressivo. Quando os empregados deixam o plano antes do exercício de carência o valor já pago pela Companhia é depositado em um fundo nominado que poderá ser utilizado para quitação de faturamentos futuros. A única obrigação da Companhia em relação ao plano de aposentadoria é fazer as contribuições específicas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A despesa total é reconhecida na demonstração do resultado consolidada e refere-se a contribuições pagas conforme alíquotas especificadas pelas regras desse plano.

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Previdência privada (a)	(99)	(97)	(1.196)	(1.374)
Total	(99)	(97)	(1.196)	(1.374)

- (a) A Companhia usou o fundo inominado da previdência privada no valor aproximado de R\$281 (parcela da contribuição da Companhia referente a funcionários desligados que não cumpriram o período de vesting) para quitar as parcelas a contribuir referentes aos meses de abril, maio e junho (parcial).

32. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia, são como segue:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Fornecedores de imobilizado	-	50.940
Multas / penalidades contratuais	32.524	26.413

33. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 31 de março de 2021 e autorizadas para arquivamento junto à CVM na mesma data.

34. MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração

Antonio Augusto de Queiroz Galvão
Ricardo de Queiroz Galvão
José Augusto Fernandes Filho
Leduvy de Pina Gouvêa Filho
Luiz Carlos de Lemos Costamilan
José Luiz Alqueres

Diretoria

Décio Fabricio Oddone da Costa
Paula Vasconcelos da Costa Corte-Real
Carlos Ferraz Mastrangelo

Controller e Contadora responsável

Ana Glória de Oliveira Nogueira
Fernanda Amaral Rodrigues de Britto
